

# A Classe Operária



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

ANO 65 - VI FASE - Nº 19 - DE 08 A 31 DE MAIO DE 1989

NCz\$ 0,50

## UM PASSO À FRENTE

Aguinaldo Zordenoni



O comício do dia 13 em São Bernardo (SP) marcou a grande arrancada da candidatura Lula e da Frente Brasil Popular. A campanha está nas ruas. O povo se enche de esperança e confiança na vitória. Na foto: Amazonas, Erundina, Lula, Haddad e Gabeira.

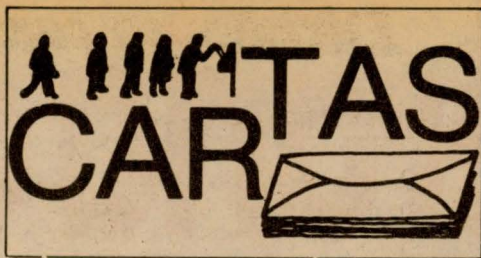
CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

## A CLASSE

## OPERÁRIA

**Diretor e Jornalista Responsável:** João Amazonas  
**Editor:** José Reinaldo Carvalho  
**Redação:** Antonio Martins, Carlos Pompe, Umberto Martins  
**Diagramação e Arte:** Mazé Leite e José Luís Munuera Reyes  
**Fotografia:** Aguinaldo Zordevoni  
**Arquivo:** Rosane Montiel  
**Administração e Assinaturas:** Raquel Imanishi Rodrigues e Teresa Polli  
**Endereço:** Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — CEP 01318 — São Paulo/SP  
**Telefone:** (011) 36-7531  
**Telex:** 11-32133  
**Nos capitais:** ACRE — Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone: (068) 224-7329, Rio Branco; ALAGOAS — Ladeira do Brito, 72 — fone (082) 223-7128, Maceió; AMAPA — Av. Mendonça Furtado, 762, CEP 68900, fone (096) 231-3370, Macapá; AMAZONAS — Rua Itamaracá, 124, CEP 69007, fone: (092) 233-7717, Manaus; BAHIA — Av. Cons. Junqueira Ayres, 41, Barris, CEP 40115, fone: (071) 241-6522, Salvador; CEARÁ — Rua São Paulo, 1037, CEP 60000, fone: (085) 221-4090, Fortaleza; DISTRITO FEDERAL — HIGS — 704, Bloco G Casa 67, CEP 70302, fone: (061) 225-8202, Brasília; ESPÍRITO SANTO — Rua Prof. Baltazar, 152, CEP 29020, fone: (027) 222-8162, Vitória; GOIAS — Av. Alfredo Nasser, 356, CEP 74000, fone: (062) 223-5571, Goiânia; MARANHÃO — Rua Osvaldo Cruz, 921, CEP 65000, São Luiz; MATO GROSSO — Rua Comandante Costa, 548 fundos, CEP 78030, fone: (065) 321-7908, Cuiabá; MATO GROSSO DO SUL — Rua Rui Barbosa, 2500, CEP 79010, Campo Grande; MINAS GERAIS — Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone: (031) 222-3161, Belo Horizonte; PARÁ — Rua Manoel Barata, 993, CEP 66800, fone: (091) 223-8911, Belém; PARAÍBA — Praça 1817, 80, 2º andar, CEP 58020, João Pessoa; PARANÁ — Rua Dr. Pedrosa, 249, CEP 80420, fone: (041) 222-9120, Curitiba; PERNAMBUCO — Rua do Sossego, 53, CEP 50750, fone: (081) 222-3418, Recife; PIAUÍ — Rua Desemb. Freitas, 1216, CEP 64020, fone: (086) 222-2044, Teresina; RIO DE JANEIRO — Rua 13 de Maio, 333, 16º andar, sala 1608, CEP 20031, fone: (021) 252-9935, Rio de Janeiro; RIO GRANDE DO NORTE — Rua Prof. Zuza, 99, CEP 59020, fone: (084) 222-6323, Natal; RIO GRANDE DO SUL — Rua Santo Antônio, 254, CEP 90220, fone: (0512) 28-5152, Porto Alegre; RONDÔNIA — Rua José Bonifácio, 787 fundos, CEP 78900, Porto Velho; RORAIMA — Rua Major Williams, 434, CEP 69300, Boa Vista; SERGIPE — Rua Itabaianinha, 145, sala 104, CEP 49010, Aracaju; SANTA CATARINA — Praça 15 de Novembro, 21, sala 703, CEP 88010, Florianópolis.

A CLASSE OPERÁRIA é uma publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda. Composição, past-up, fotolito e impressão: Cia. Editora Joruês. Fone: 815-4999 — São Paulo.



## A greve política é um avanço do povo

Com o intuito de colaborar com a "Classe" gostaria de manifestar minha opinião a respeito de um assunto que julgo muito importante.

Vimos ultimamente uma intensa campanha do governo federal contra o chamado "greivismo". Tal campanha se baseia principalmente no combate ao piquete e à chamada "greve política".

Quando aos piquetes, parece-me que há uma pequena confusão entre democracia e anarquia. Democracia se baseia na vontade da maioria, expressa em assembléia e outros fóruns. Esta vontade coletiva está acima das vontades individuais. As assembléias das entidades são abertas a todos, e a todos é dado o direito de manifestar opiniões. Ausentar-se de uma assembléia implica automaticamente em delegar à assembléia as decisões. Portanto, a decisão da assembléia deve ser cumprida e, se necessário, com o uso do piquete. Creio também que o piquete deve ser o mais organizado possível, essencialmente conscientizador e nunca partir para a agressão física daquele que, apesar de estar agindo errado, é nosso colega de luta.

Outro aspecto, a greve política, eu vejo como um avanço da classe operária o abandono de questões exclusivamente salariais e a abordagem de questões de âmbito mais amplo em suas pautas de reivindicações.

(José Ricardo Machado, Viçosa, MG)

## Engenheiros querem fim da medida provisória

A diretoria da Federação Nacional dos Engenheiros, reunida no I Seminário Interno, dirige-se ao PCdoB, através deste jornal, preocupado pelo agravamento de nossa situação socioeconômica com reflexos negativos no quadro político. Insistimos em que o papel dos parlamentares de seu partido pode ser decisivo na urgente votação de uma legislação salarial que atenda as necessidades e expectativas dos trabalhadores e na derrota da anticonstitucional Medida Provisória n.º 50.

(...) Estamos enviando para conhecimento de seu partido a carta de conjuntura que aprovamos em nosso seminário

Assine já o seu jornal "A CLASSE OPERÁRIA"  
 UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome.....  
 Endereço.....  
 CEP.....Cidade.....Estado.....  
 Profissão.....

"A CLASSE OPERÁRIA" CUSTA MUITO POUCO:

Assinatura trimestral: NCz\$ 3,00; Trimestral de apoio: NCz\$ 5,50

Assinatura semestral: NCz\$ 6,00 Semestral de apoio: NCz\$ 12,00

Preencha hoje mesmo este talão e envie cheque nominal à

Editora Anita Garibaldi Ltda.

Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - CEP 01318 - São Paulo/SP

(Antonio Octaviano, presidente da Federação Nacional dos Estrangeiros)

## O leitor pede debate sobre o revisionismo

Minhas dúvidas são com relação ao revisionismo. Desejo saber como, após 30 anos de governo socialista, com Stálin à frente, a população soviética, supostamente convencida das vantagens do novo sistema, permitiu que fossem tomadas as decisões do XX Congresso do PCUS.

A sociedade soviética parece insatisfeita com sua sociedade, e no dia 27/3 apoiou nas urnas as reformas capitalizantes da "Perestroika". Por que este povo não luta por uma volta aos modelos marxistas-leninistas? Por acaso confundem os vícios do sistema revisionista (incontestáveis) com a verdadeira sociedade marxista?

Gostaria que esta polêmica fosse amplamente debatida na "Classe". As dúvidas que apresentei angustiam não só a mim, mas a muitos camaradas, impedindo uma ação política mais firme e convicta. Quero parabenizar o esmero editorial da "Classe". Viva a revolução! (Edson Pedrosa dos Santos, Aracaju, SE).

## "Veja", no nível das revistas de fofocas

A vergonhosa edição de reportagem com o cantor Cazuzu, pela revista "Veja" de 23 de abril, faz cair a máscara do falso moralismo e da hipocrisia da imprensa burguesa.

O sensacionalismo praticado por "Veja" a colocou no nível das publicações especializadas em publicar fofocas e picuinhas sobre a vida dos artistas.

Nada de surpreendente para uma revista que atacou raivosamente a greve geral, relatando os fatos do ponto de vista míope da burguesia, e que defende insistentemente a internacionalização da economia brasileira e a privatização das estatais.

Como adolescente, como amante do rock tupiniquim e como comunista sintome na obrigação de dizer para esta classe decadente as palavras de Cazuzu: "A sua piscina está cheia de ratos, suas idéias não correspondem aos fatos. O tempo não pára..." (Fábio Alves Siqueira, vice-presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas).

## A morte de Helvécio, um lutador do povo

Registro, com pesar, o lamentável falecimento do camarada Helvécio Silva Araújo, ocorrido no último dia 7 de feve-

reiro na Rodovia Cândido Portinari, Estado de São Paulo.

Professor, funcionário aposentado da Companhia Paulista de Força e Luz e livre-pensador, Helvécio foi um dos responsáveis pela organização e registro provisório do PCdoB nas cidades de Franca, Cristais Paulista, Pedregulho e Rifaina.

Encontrou a morte em acidente automobilístico. Sua vida, palmilhada no caminho das lutas populares, frutificará. (Zoroastro Zoro, Franca, SP).

## "Se a voz de meu pai se calar, serei a voz dele"

O Nordeste foi uma das primeiras regiões exploradas no Brasil, por vivermos em um país capitalista, em que a burguesia toma nossas terras.

Antigamente os negros eram escravos dos donos de fazenda, mas isso já faz mais de cem anos.

Tem gente que fala que não valeu a pena os negros morrerem naquele tempo para serem libertados, mas se não fosse por eles nós éramos escravos dos donos de fazenda até hoje.

Meus avós saíram do Nordeste para procurar uma vida melhor, mas também foram explorados por esta burguesia de hoje.

Meu outro avô morreu trabalhando para um fazendeiro muito rico, e ganhava uma miséria, o fazendeiro sabendo que tinha onze crianças em casa para tratar.

Meu pai conta sempre histórias de quando ele era pequeno. Depois que o pai dele morreu, tinha vezes que não tinha nada para pôr no fogo, e tudo por causa desses governos corruptos.

Meu pai é do sindicato dos têxteis e está ajudando a formar esta greve dos dias 14 e 15 de março. Vamos participar dela para que tenhamos um Brasil melhor amanhã.

Vamos dizer juntos "Fora José Sarney, fora FMI". São eles os culpados daquela seca no Nordeste. O meu nome é Cristiano Teixeira Fernandes e meu pai é Antonio José Fernandes, é um comunista.

Se um dia a voz do meu pai se calar eu serei a voz dele (Cristiano, 8 anos, Americana-SP)

América Latina, 14 de Março de 1989

Redação: Casuarinas e Nordeste

O Nordeste foi uma das primeiras regiões exploradas no Brasil por vivermos em um país capitalista, em que a burguesia toma nossas terras.

Antigamente os negros eram escravos dos donos de fazenda, mas isso já faz mais de cem anos. Mas depois que os negros foram libertados eles passaram em outras mãos os negros e os brancos que já era ruim de trabalhar e ganhar pouco para a burguesia que nós vemos hoje.

Tem gente que fala que não valeu a pena os negros morrerem naquele tempo para serem libertados, mas se não fosse por eles nós éramos escravos dos donos de fazenda até hoje.

Meus avós saíram do Nordeste para procurar uma vida melhor, mas também foram explorados por esta burguesia de hoje.

Meu outro avô morreu trabalhando para um fazendeiro muito rico, e ganhava uma

miséria, o fazendeiro sabendo que tinha onze crianças em casa para tratar.

Meu pai conta sempre histórias de quando ele era pequeno. Depois que o pai dele morreu, tinha vezes que não tinha nada para pôr no fogo, e tudo por causa desses governos corruptos.

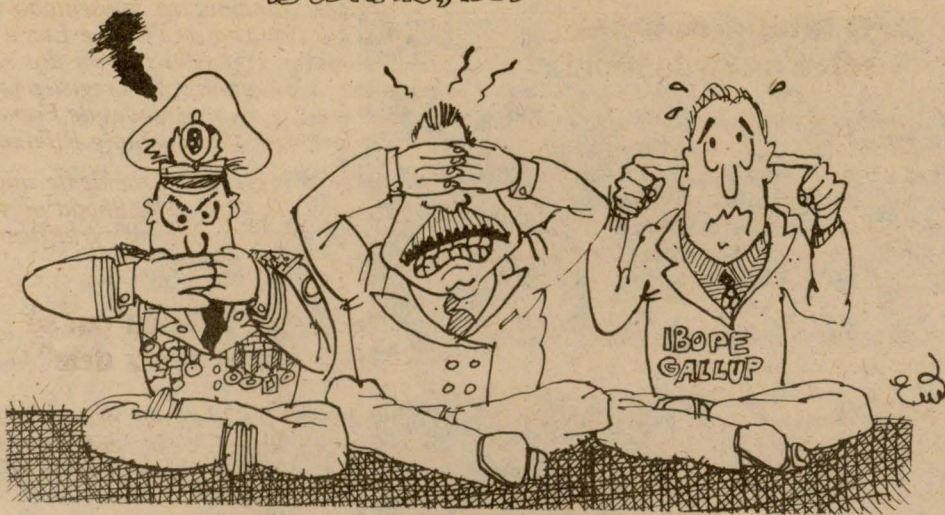
Meu pai é do sindicato dos têxteis e está ajudando a formar esta greve dos dias 14 e 15 de março. Vamos participar dela para que tenhamos um Brasil melhor amanhã.

Vamos dizer juntos "Fora José Sarney, fora FMI". São eles os culpados daquela seca no Nordeste. O meu nome é Cristiano Teixeira Fernandes e meu pai é Antonio José Fernandes, é um comunista.

Se um dia a voz do meu pai se calar eu serei a voz dele.

CDM  
 Centro de Documentação e Memória  
 Fundação Maurício Grabois

SÃO BERNARDO...  
13 DE MAIO, 1989



## A FBP está nas ruas

O ato de lançamento da Frente Brasil Popular e da candidatura do operário Luís Ignácio Lula da Silva à Presidência da República no último dia 13 em São Bernardo do Campo, coração da classe operária brasileira, foi, sem sombra de dúvidas, o fato político de maior relevância da disputa sucessória em curso.

Não apenas por ter sido um bom começo. Afinal, que candidato ou partido político conseguiu mobilizar em praça pública 30 mil pessoas para um comício eleitoral seis meses antes do pleito? E nem tanto pela vibração entusiástica da massa popular presente, seguro indicador da disposição de luta que se traduzirá em ações enérgicas e criativas para ganhar a maioria do eleitorado.

Além de tudo isto, que em si mesmo é importante, o significado daquele ato está principalmente no alcance, na ousadia, na perspicácia e no acerto da decisão dos quatro partidos que o promoveram — o PT, o PCdoB, o PSB e o PV, fundadores da Frente Brasil Popular.

A unificação das forças de esquerda, progressistas e populares em torno de uma candidatura com raízes nas massas e de um programa avançado que contempla as aspirações mais imediatas do povo brasileiro por mudanças políticas, sociais e econômicas já é uma vitória política.

Este grande êxito na articulação dessas forças tem dimensões históricas. Primeiro porque é decorrência de um fenômeno objetivo da vida política e social do país — a debacle das posições de centro e de direita, a falência do projeto das classes dominantes, o esgotamento do seu modelo político e econômico. Segundo porque aponta para uma convergência mais ampla, de perspectiva mais profunda, de sentido estratégico.

Não há como desconhecer ou subestimar a importância de forjar a união política do povo brasileiro, condição primária para levar a cabo

e vitoriosamente a luta pela conquista da emancipação nacional e social. O processo de libertação é complexo e avança por caminhos tortuosos. As classes dominantes são astutas e violentas, apóiam-se no militarismo e têm como reserva estratégica o imperialismo. Divididas, as forças populares não têm condição de enfrentá-las.

A mobilização conjunta em torno da candidatura Lula e a formação da Frente Brasil Popular constituem, assim, os primeiros e firmes passos no rumo da união política do povo brasileiro com perspectiva libertadora.

Certamente, não é de fácil execução a tarefa de construir uma frente com essas características. Além de tentar atingi-la com a cizânia semeada pelos reacionários e por elementos diversionistas, muitas vezes a tentativa de somar forças enfrenta também as dificuldades próprias já é antiga a tradição de divisão nas esquerdas. Sem um denodado empenho de engenharia política, habilidade e desprendimento, sem colocar acima de interesses exclusivistas o objetivo maior do povo, não seria possível chegar até onde se chegou.

As classes dominantes continuam em dificuldades para encontrar um nome viável, com alguma chance eleitoral e que as unifique. Este é um dado importante da batalha sucessória que atua a favor das forças populares. Outra vantagem da candidatura da Frente Brasil Popular é que ela deu a arrancada e, pela sua presença nas lutas populares e operárias, pelo seu programa democrático e popular, é capaz de despertar o entusiasmo das massas. Reúne, portanto, condições de chegar à vitória.

O momento é de formar os comitês da frente em todos os rincões do território nacional, pôr a campanha nas ruas, realizar debates e atos massivos, propagandear o programa da candidatura e enfrentar com determinação a batalha pelo voto.

## Divisão no campo inimigo

Umberto Martins

O quadro sucessório ficou razoavelmente nítido após a definição das candidaturas de Paulo Maluf, pelo PDS, e Jânio Quadros, que se filiou ao obscuro PSB (Partido Social Democrata, do general Figueiredo e do coronel César Cals). O que há de mais notável e favorável, sem dúvida, aos interesses das forças democráticas e progressistas, é o fato da direita apresentar-se fragmentada no campo de batalha, circunstância que tende a estender seus efeitos até a conclusão do 1º turno. No momento nada indica que ela venha a ser alterada no decorrer da campanha.

A preferência da direita é dividida também entre os senhores Fernando Collor de Mello (leia a respeito na página 6) e Ulysses Guimarães. Ao escolher Waldir Pires candidato a vice e declarar que não deseja a presença de ministros do governo Sarney em sua campanha, Ulysses julgou que poderia se apresentar ao eleitorado com uma imagem de centro-esquerda. Sua recente trajetória, contudo, junto ao governo e na Constituinte, é inesquecível e o coloca irremediavelmente no campo das forças conservadoras e reacionárias, que contam ainda com postulantes à Presidência de

menor expressão, como Afif Domingos (PL) e Ronaldo Caiado, líder da UDR que luta pela vaga no PDC.

Sobram fragmentos até para o candidato do PDT, Leonel Brizola, que namora restos do PFL (ainda dividido entre Marco Maciel e Aureliano Chaves) e foi ruidosamente lembrado pelos partidários do governador catarinense, Esperidião Amim. Quando este perdeu a convenção do PDS, dia 14, para Paulo Maluf, os convencioneiros que o apoiaram bagunçaram a festa malufista com um pequeno comício pró-Brizola. O caudilho, do PDT, neste pleito, pode vir a constituir uma última e nada desprezível reserva das elites dominantes.

Maluf e Jânio não perderam os modos. O primeiro, de cara limpa, anunciou o "compromisso" básico de sua campanha: colocar os corruptos na cadeia. Se fosse para ser levado a sério, e por um milagre qualquer ganhasse as eleições, o Palácio do Planalto teria de ser transformado em presídio. O segundo, por seu turno, preserva o estilo espalhafatoso e mongolóide, mas conta com o simpático apoio da nossa imprensa burguesa para criar "fatos" e divulgar propostas espatafúrdias, como a de entregar os destinos do país a um conselho de anciãos.

## Buscar apoio na classe média

Luciano Siqueira\*

A definição do quadro sucessório presidencial repercute nos Estados delimitando campos, reordenando alianças.

Em Pernambuco, na área democrática, parcela expressiva da classe média continua filiada ao PMDB ou atua sob a influência de suas principais lideranças. Mas agora surge um contraste: o governador Miguel Arraes e o ex-prefeito do Recife, Jarbas Vasconcelos, se comprometem com o projeto conservador, dando aval à chapa Ulysses-Waldir; a militância peemedebista se inquieta, busca alternativa mais avançada.

A classe média na área metropolitana do Recife tem reconhecido poder de mobilização, joga papel nas campanhas eleitorais. Por isso é alvo de intensa disputa. O PMDB tenta mantê-la sob sua influência. A candidatura diversionista do PCB a corteja, assim como o PDSB e o PDT. Recentemente, cerca de trezentos técnicos, e intelectuais convocados por ex-auxiliares de Jarbas na Prefeitura reuniram-se com Lula em Recife. E no Comitê Estadual da Frente Brasil Popular, em estruturação há uma representação dos "setores progressistas do PMDB".

A inclinação da esquerda, contudo, ainda não é algo consolidado. Mas tem uma base objetiva real. A crise econô-

mica penaliza duramente a classe média, compelindo-a à rebeldia. Ao que se soma a frustração decorrente do fracasso do governo Arraes.

A posição capitulacionista de Jarbas e Arraes, por outro lado, não pode ser vista como mero erro de avaliação, equívoco circunstancial. Antes revela a fragilidade política do segmento de classe que representam, cujos traços "progressistas" mostram-se decadentes face ao aprofundamento da crise e ao acirramento do conflito social. Nas duas últimas décadas e meia, sob a égide do modelo capitalista dependente, processou-se a integração da economia regional à do Sudeste. Na prática isto significou o desaparecimento de grupos econômicos tradicionais. E os que se mantiveram no fundamental se associaram ao capital monopolista brasileiro ou alienígena, concentrado no Centro-sul do país. Hoje, nos projetos financiados pela SUDENE, menos de 30% do capital investido é originário da região. Daí a fragilidade da burguesia local.

Conquistar o apoio da classe média, portanto, é possível. E absolutamente necessário ao fortalecimento da Frente Brasil Popular em Pernambuco. \*Presidente do PCdoB em Pernambuco e membro de sua direção nacional

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Cabois

# A arrancada rumo à vitória

**José Reinaldo Carvalho**

A cidade metalúrgica de São Bernardo do Campo, berço do movimento grevista no final da década de 70, viveu no último 13 de maio um dos dias mais festivos de sua história. Na imensa praça do Paço Municipal reuniram-se 30 mil pessoas que foram assistir ao comício de lançamento da candidatura Lula à Presidência da República e ao anúncio oficial da criação da Frente Brasil Popular, uma articulação de partidos de esquerda e progressistas que conta com a adesão de independentes e personalidades destacadas da vida do país.

## O Brasil na praça

Desde as 10 horas da manhã de um sábado ensolarado os operários, os estudantes, os profissionais de diversas categorias, a gente simples do povo brasileiro, começou a encher a praça e colori-la com suas bandeiras e camisetas. E a enfeitá-la com sorrisos e gestos alegres, sinal de que a esperança, o entusiasmo e a confiança na vitória estão presentes.

Às 18 horas, o prefeito da cidade iniciou o comício dizendo que "São Bernardo abre seus braços para receber com efusão e emoção os companheiros do Brasil para dar a arrancada do processo que vai levar Lula à Presidência da República. São Bernardo recebe emocionada essa figura legendária da luta operária e popular no Brasil, João Amazonas, presidente nacional do PCdoB. Saúda também os companheiros do PV e do PSB".

Compareceram à cidade metalúrgica delegações de vários Estados, organizadas em caravanas, como Rio de Janeiro, Goiás, Paraná, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul. E representantes políticos e sindicais de todos os Estados. O

interior de São Paulo participou em peso, com expressivas caravanas oriundas de Campinas, Santos, Marília, Ribeirão Preto, Mogi das Cruzes e Cosmópolis, além da numerosa presença do povo da capital e de cidades da Grande São Paulo, como Osasco e Guarulhos e dos municípios do ABC vizinhos a São Bernardo.

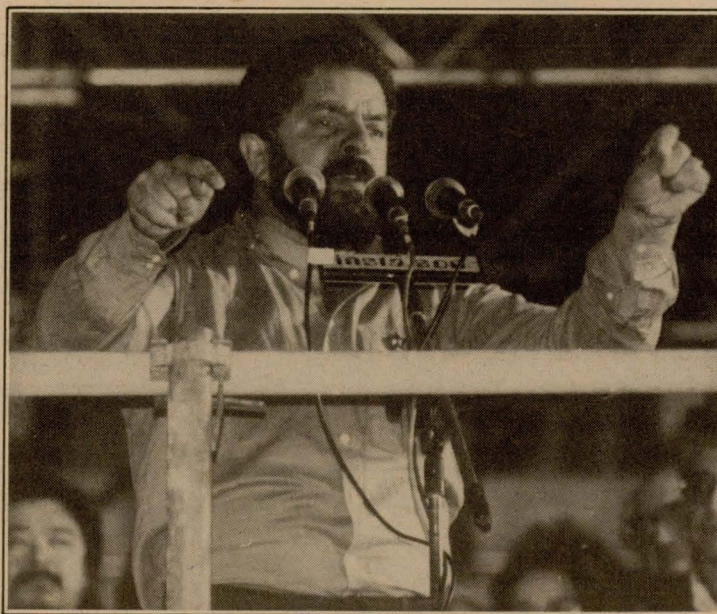
O comício foi animado por um show de artistas populares e pela intensa movimentação nas barracas de venda e distribuição de material político, broches, bandeirolas, livros, jornais e revistas. A barraca da **Classe** foi muito freqüentada por pessoas em busca do jornal.

## Unidade popular

O comício de lançamento da candidatura Lula e da Frente Brasil Popular foi a primeira resposta àqueles que pregam a divisão das esquerdas e proclamam que a candidatura não vai deslanchar. Mostrou, na verdade, vitalidade política, enraizamento de massas e um forte sentimento de unidade. A certeza de que a união do povo é o caminho da vitória apareceu nos discursos de todos os oradores.

Luíza Erundina, prefeita de São Paulo, disse que a força da frente está nas propostas, na luta pela reforma agrária e pela suspensão do pagamento da dívida. Ela foi contundente ao afirmar que "a burguesia treme nas bases" com o avanço das lutas do povo. E estigmatizou candidatos adversários: "Onde estava o Brizola quando Lula liderava a luta sindical em São Bernardo? Nas suas fazendas de gado". E denunciou também a "traição de Ulysses Guimarães" e o "malufismo de Fernando Collor".

O presidente do PT, Luís Gushiken, disse que "vamos opor ao dinheiro dos candida-



Agustinaldo Zordanoni

Lula discursa para a multidão no lançamento da campanha da FBP

tos das classes dominantes a maior militância política do país que nossos quatro partidos reúnem". E conclamou os presentes a se mobilizarem a partir da discussão do programa da frente com o povo.

Por sua vez, o presidente do PSB, Jamil Haddad, saudado aos gritos de "o povo unido jamais será vencido", disse: "Nenhuma outra candidatura tem esse grito de guerra em praça pública. Há uma consciência no povo de que o Brasil até hoje só foi governado pelas elites. Temos agora a oportunidade de mudar isso."

Pelo PV falou Fernando Gabeira, coloquial e emocionado. "Vamos começar juntos" — disse — "uma caminhada para mudar o Brasil e o mundo. Já posso ver o sorriso irônico dos adversários achando que é muita pretensão de

nossa parte." Gabeira foi mordaz com os candidatos das elites — "múmias que se recusam a voltar para o sarcófago" —, levantou a bandeira da preservação da Amazônia, condenou a dívida externa, a discriminação às mulheres e o racismo.

Em nome do PCdoB falou



A campanha começa despertando esperança nos corações do povo

## "O Brasil do sol nascente"

O presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, acolhido com entusiasmo pela multidão, disse em seu discurso:

"Somos o Brasil popular, representamos o Brasil dos operários, dos camponeses, da juventude, das mulheres, a imensa maioria da nação que quer a liberdade e vive esmagada pelo capitalismo opressor. Vivemos um momento histórico. Pela primeira vez na história do Brasil os explorados e oprimidos, os perseguidos, o povo, consegue unir suas forças e concorrer com candidato próprio à Presidência da República.

"Nossa Pátria vive uma situação em que ou nós tomamos os seus destinos em nossas mãos ou vamos nos degradar como nação, vamos estar condenados a viver sob o jugo do imperialismo, do latifúndio, da burguesia na-

cional e internacional, que roubam a última gota de suor da classe operária.

"Neste histórico comício estamos traçando as fronteiras entre as forças do povo e aquelas que lançam o Brasil à fome e à miséria.

"Os generais e o governo vivem dois grandes medos — o medo da revolta popular, da convulsão social e o de serem derrotados nas próximas eleições pelo candidato das esquerdas. Eles não dormem tranquilos porque sabem que quando a classe operária cruza os braços e vai para as ruas, alguma coisa diferente acontece.

"A Frente Brasil Popular vai nascer do povo em toda a parte do Brasil. Essa massa imensa vai construir a vitória. E vai ser um governo com a cara do Brasil, um governo que vai fazer tremar tudo quanto é traidor neste país, os ladrões da nação,

branco e os que usam as armas da nação para agredir os operários.

"Lula, gente nova que representa os interesses do povo, vai ganhar e nós vamos organizar para a posse a marcha da civilidade que caminhará pelas estradas, adentrará no Palácio do Planalto e dirá que esta vitória é irreversível.

"Adiante, companheiros! A vitória será nossa. As forças da reação caminham no sentido do poente, do sol posto, da noite da derrota. Nossa marcha, a marcha da Frente Brasil Popular, se dirige no rumo do nascente, das alvoradas plenas de luzes e cores, impregnadas do colorido vermelho que anuncia o nascer de um novo dia. Ergamos bem alto nossas bandeiras de combate pela causa da liberdade, do progresso, da justiça e do trabalho."



O povo vibrou com o anúncio da unidade dos partidos de esquerda

CDM Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

# A FBP recebe vigoroso apoio

A Classe ouviu depoimentos de várias personalidades do mundo político, sindical e artístico que compareceram ao palanque do comício de lançamento da candidatura Lula e da Frente Brasil Popular.

**Luíza Erundina (prefeita de São Paulo):** "Algo de novo está acontecendo a partir de 1988. Os partidos de esquerda, democráticos e progressistas juntos representam esse novo. Acredito que possa se repetir o feito extraordinário de 1988 ocorrido em São Paulo, agora em nível nacional com uma candidatura operária. Porém, independentemente do resultado das eleições, essa união das esquerdas representa um grande passo histórico para a libertação do povo brasileiro."

**Lucélia Santos (atriz):** "A Frente Brasil Popular é a única que tem um programa para disputar as eleições. A direita tem explorado o medo da classe média brasileira, que teme muito as mudanças, as transformações e por isso é tão atraída por Collor, um candidato que, se eleito, não mudará nada. Tenho esperanças, porém, que mesmo a classe média vai aprender a ouvir o discurso da esquerda e vai compreender que é um discurso comprometido com a verdade."



**Bete Faria (atriz):** "Estamos escrevendo a 'novela' brasileira com esperança. Eu bato palmas à união das esquerdas. Essa união e a candidatura do Lula representam o fato mais novo. Sua proposta é nova, seu programa é o melhor."

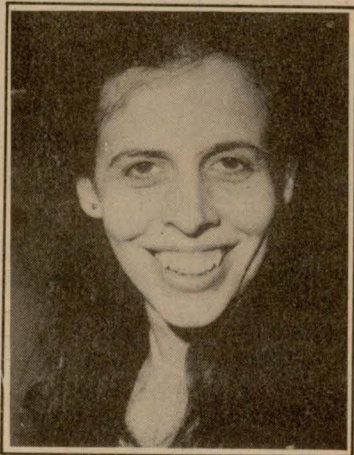
**Jamil Haddad (presidente do PSB):** "Pela primeira vez na história do Brasil temos um candidato oriundo da classe operária e lançado por uma frente de partidos progressistas. Isto é o fato novo na política brasileira. O povo vai entender nossa mensagem e desta vez as elites não conseguirão enganá-lo."

**Luís Gushiken (presidente do PT):** "A Frente Brasil Popular aglutina o que há de mais progressista e mais vivo na classe trabalhadora brasileira. Sua criação por si só é um fato histórico. O programa da FBP se baseia naquilo que mais aspira a classe trabalhadora e vai desencadear grandes movimentos de massa por um país sadio onde os oprimidos terão vez. Para ser vitoriosa a candidatura Lula deve se assentar no

movimento de massas."

**Carlos Minc (deputado estadual — PV/RJ):** "A formação da Frente Brasil Popular é sinal dos tempos, sinal de que as esquerdas aprendem a conviver com as divergências e fazem avançar o movimento popular. Nós nos consideramos verdes do 3º mundo, onde o drama ecológico está ligado ao drama social. Isto faz com que aqui nos aliemos com os partidos de esquerda, inclusive o partido comunista, a despeito de as alianças com os partidos comunistas não serem uma prática generalizada entre os verdes no mundo. Aliás, o PCdoB foi quem teve uma proposta praticamente idêntica à nossa em relação às usinas nucleares."

**Plínio de Arruda Sampaio (líder do PT na Câmara dos Deputados):** "Este comício é precisamente o início de nossa resposta ao isolamento em que pretendem nos deixar usando uma poderosa máquina de propaganda. Entretanto, a candidatura está muito enraizada entre os trabalhadores e, com o programa claro que estamos apresentando, não conseguirão nos jogar no gueto."



**Cristina Pereira (atriz):** "Estamos vivendo um momento muito difícil no Brasil e numa situação como esta é muito interessante a união das esquerdas. Os melhores elementos da classe artística brasileira vão apoiar o Lula e a Frente Brasil Popular. Não somos porta-vozes das emissoras em que trabalhamos. Temos ideologia e posicionamento. Não somos donos da verdade, somos críticos. Temos que medir o que dizemos devido à responsabilidade perante o público, mas nossa adesão a essa candidatura é efetiva. Sonhamos com uma mudança radical na sociedade. A candidatura Lula é a nossa chance para iniciar essa transformação histórica."

**Maurílio Ferreira Lima (deputado federal PMDB/PE):** "É fundamental ampliar o apoio político à candidatura Lula. Ela é um referencial do Brasil sadio, tem que ter um discurso



Os políticos progressistas, os sindicalistas combativos e os artistas afinados com o sentimento do povo

que mobilize os brasileiros dispostos a lutar contra o vale tudo. Minha presença neste ato sela um compromisso político que assumi firmemente."

**Benedita da Silva (deputada federal — PT/RJ):** "A candidatura da Frente Brasil Popular vai tomar corpo porque possui um projeto comprometido com as grandes mudanças que o povo espera. É uma possibilidade sem precedentes para a esquerda. Dizem que há 101 anos os negros foram 'libertados', mas é nesta praça que estamos lutando pela verdadeira libertação dos negros e de todo o povo brasileiro."

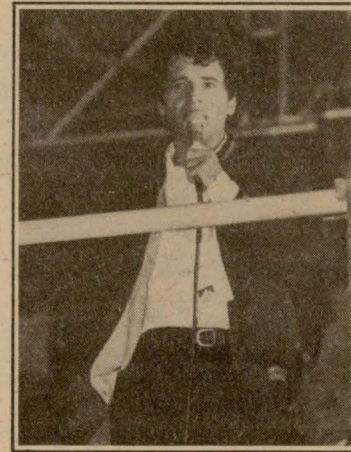
**Florestan Fernandes (deputado federal — PT/SP):** "Temos que estar preparados para uma campanha difícil, pois a direita mal começou a agir e é possível prever um pleito muito disputado tanto no primeiro como no segundo turno. Será preciso combater as teses dos conservadores e mostrar que eles ainda adotam a mesma prática de iludir o povo com palavras. Compete a nós quebrar o isolamento que a direita procura nos impor."

**Haroldo Lima (líder do PCdoB na Câmara Federal):** "Esta frente tem um caráter estratégico na luta contra as classes que hoje dominam o país e seu regime caduco e decadente. Sua constituição, por si só, já constitui uma grande vitória do povo brasileiro."

**Jair Meneguelli (presidente da CUT):** "O Sarney e a imprensa de direita atacam as greves mas elas nada mais são do que a resposta a um governo que não tem qualquer programa para superar a crise. A Frente Brasil Popular vai começar a mostrar que é possível recuperar a economia sem penalizar os trabalhadores, adotando antes de mais nada a suspensão do pagamento da dívida externa e elevando os salários reais. A concretização da frente já está tendo reflexos na luta sindical com uma aproxima-

ção ainda maior entre o PT, o PSB e o PCdoB. Aliás, sempre achei que os companheiros do PCdoB estiveram próximos de nós na prática, numa ação sindical sempre combativa. Esta unidade tende a crescer."

**Sérgio Barroso (secretário-geral da CSC):** "Esta sucessão traz a preciosa possibilidade de derrotar nas urnas as elites governantes que conduziram o Brasil a uma encruzilhada histórica, enfrentar o imperialismo e conquistar um governo realmente democrático e popular."



**Paulo Betti (ator):** "Esses partidos unidos são a nata, os melhores, a locomotiva pensante da esquerda brasileira. Espero que todos os outros acabem se juntando nesse trem que não é da alegria, mas da responsabilidade e da transformação. Os artistas de televisão, que geralmente levam o sonho às pessoas, têm a responsabilidade de pensar nessa campanha presidencial comprometidos somente com a verdade. Acho que eles vão se incorporar na campanha do Lula."

**Eduardo Suplicy (presidente da Câmara Municipal de SP):** "O programa e a prática da Frente Brasil Popular assentam-se na luta dos trabalhadores. A candidatura deve crescer muito, principalmente por medida em que houver um debate político mais amplo e mais profundo com os outros

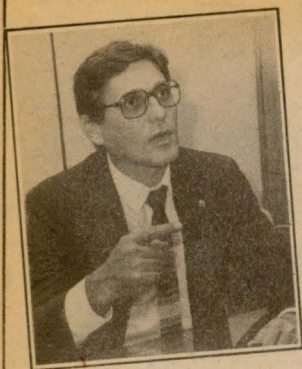
candidatos."

**Luís Eduardo Grenhalg (vice-prefeito de São Paulo):** "Nas últimas eleições o centro afundou e a campanha eleitoral levou a uma polarização entre esquerda e direita. A novidade é que a esquerda está unida com propostas novas às quais a classe operária e o movimento popular serão sensíveis. A direita está dividida entre Jânio, que já mostrou o mal que pode fazer ao Brasil, e Collor, que fez um dos governos mais corruptos de Alagoas."

**João Paulo Pires (deputado federal — PT/MG):** "Este momento é fruto da caminhada política da grande massa de trabalhadores do país. É a expressão da vontade popular. A união das esquerdas se consolida com o lançamento de um candidato operário com condições de ganhar. A formação da Frente Brasil Popular traduz uma vitória enorme do povo brasileiro. A eleição do Lula representará um rompimento com o passado deste país."

**Hélio Bicudo (sec. Negócios Jurídicos da Prefeitura de São Paulo):** "A Frente Brasil Popular é a única esperança para que o Brasil realmente possa ser um país justo em que todos participem da sua riqueza. Vamos lutar para que Lula, chegando ao 2º turno, reúna todas as forças de esquerda e leve o povo à Presidência da República."

**José Augusto (prefeito de Diadema-SP):** "Nós temos condição de tornar o Lula presidente em função do movimento popular, da nossa proposta e nossa capacidade de luta. As esquerdas brasileiras precisam encontrar os pontos convergentes nesta etapa da luta que vai exigir maior acumulação de forças a fim de alcançar os seus objetivos-táticos, que no momento tem por centro a batalha sucessória com a candidatura Lula, e também os objetivos estratégicos."



Eduardo Bomfim\*

## Falso apelo moralista

Uma onda de udenismo assalta o país através das páginas e imagens da grande imprensa burguesa neste período pré-eleitoral. Aqui e ali, vozes auto-intituladas de paladinas da austeridade soltam antigos chavões, com o mesmo antigo ranço conservador e diversionista. Conservador porque em toda a sua retórica não tocam nem superficialmente nos graves e fundamentais problemas a enfrentar. Diversionista porque usam um sincero e justo sentimento do povo — a exigência de honestidade e caráter dos dirigentes — para jogar uma cortina de fumaça sobre os temas cruciais e, afinal, manter tudo como está na estrutura injusta do país.

Neste início de campanha um dos exemplares típicos deste udenismo com nova roupagem e velhas fórmulas é o governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, que vem obtendo generoso — e planejado — destaque na grande imprensa.

Não há nada de novo nesse discurso, ainda que o candidato do PRN tenha procurado aparentar defender idéias progressistas. Há, isto sim, muito de engano-so.

O povo brasileiro quer, de fato e com urgência, moralidade na administração dos negócios públicos. E a está exigindo com revolta e indignação cada vez maiores. Mas quer também, com a mesma ânsia, soluções para a terrível crise em que o país se encontra.

O udenismo, porém, hoje como ontem, transforma e falseia o apelo moralista, apresentando-o como um fim em si mesmo e não — como deve ser — como um instrumento no conjunto da luta para resolver os problemas estruturais do país.

Ora, combater a corrupção e zelar pela moralidade administrativa é obrigação primária de qualquer pretendente a governante. E levá-la à prática exige tanta coragem, tanto sentimento patriótico e apego ao povo na luta pela reforma agrária, em defesa da soberania nacional e pela verdadeira

emancipação nacional e social. Ressaltar um aspecto para encobrir o outro é pretender tapar os olhos da sociedade para que ela não veja aquilo que não interessa às nossas elites. É o falso moralismo, de resto inútil, porque por trás desse discurso se acoberta o contrário daquilo que se prega. E não se consegue anestesiar uma nação inteira que sofre com tantos e tão graves problemas.

A crise moral caminha lado a lado com a crise econômica, a social, a política, a cultural. E todas elas precisam ser encaradas de frente e resolvidas.

O sistema arcaico do latifúndio, a absurda concentração de riquezas em poder de uma minoria, a humilhante rapinagem da dívida externa que mantém o país dependente do capital estrangeiro, a ciranda da especulação financeira, a violenta exploração do trabalho de nossa gente, o militarismo e o terrorismo de Estado que se sobrepõem aos direitos dos cidadãos, a falta de verdadeiras liberdades democráticas, a tragédia social da fome e da miséria — aí estão os problemas de fundo da sociedade brasileira que precisam ser encarados e atacados.

Mas o udenismo travestido de moderno em Collor, beneficiário da estrutura injusta que prevalece no país, nem de longe quer tocar nesses problemas. Acha que é melhor fazer de conta que entregando-se o poder a cidadãos como Collor de Mello eles moralizariam a administração pública — coisa que, na prática, nunca fizeram — e assim o país, conquistaria por milagre a sua soberania nacional, implantaria automaticamente a reforma agrária fariam os banqueiros zerarem a dívida externa e proclamaria as liberdades plenas e a justiça social.

O nosso povo, ao longo de sua história, já ouviu várias vezes essa cantilena, inclusive em 1960. Ela resultou em Jânio Quadros. E deu no que deu.

\* Deputado federal (PCdoB-AL) e membro de sua direção nacional

# Collor reprime o povo

A cidade de Maceió amanheceu no domingo, dia 14, como se estivesse sob estado de sítio. Tropas da Polícia Militar e policiais civis, todos fortemente armados, ocupavam toda a orla marítima e os pontos estratégicos da cidade. Todo o efetivo policial-militar tinha sido posto em prontidão desde a véspera para reprimir ou impedir

os protestos contra o governador Fernando Collor, que naquele dia deixava o cargo depois de dois anos de mandato, para se candidatar a presidente da República.

O maior alvo do aparato repressivo seria a manifestação que vinha sendo anunciada há uma semana, mobilizando a cidade para o carnaval do "já vai tarde", um protesto que reuniria o povo nas praias de Pajuçara, Ponta Verde e Jatiúca, aproveitando que boa parte da imprensa nacional estaria em Maceió para cobrir o último dia do governo Collor.

Oitenta e uma entidades (sindicatos, associações, instituições, centrais sindicais, conselhos e partidos políticos) já tinham divulgado um manifesto de alerta à nação sobre o

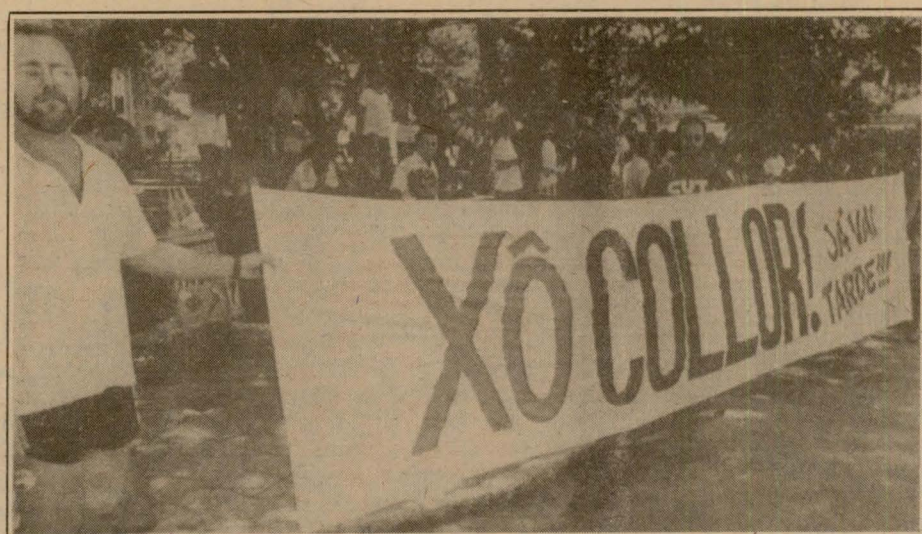
"engodo Collor de Mello". E a cidade esperava com expectativa o carnaval diferente que colocaria nas ruas o bloco "Meninos da Albânia" e milhares de pessoas simples do povo ao lado de sindicalistas, servidores públicos, políticos e lideranças populares.

Mas no domingo, desde a manhã, a polícia, cumprindo ordens expressas do governador que deixava o cargo, ocupou a cidade e mostrou que não respeitaria o direito constitucional de reunião e manifestação. Todos os acessos às praias foram bloqueados por viaturas da Polícia Militar e soldados de metralhadora em punho. Em vários pontos estratégicos da cidade, policiais civis disfarçados e usando car-

ros placa-fria barravam pessoas que se dirigiam ao local da manifestação. Isso aconteceu, por exemplo, com o vice-presidente do sindicato dos bancários, Reginaldo Lira, preso a 5 km das praias quando ia para a manifestação. Também foi preso o presidente da Associação dos Servidores do DER-AL, José Sabino, que foi levado para uma delegacia junto com dois sobrinhos menores que estavam em seu carro. Eles permaneceram trancados numa cela (inclusive as duas crianças) até as 20 horas, apesar de todos os apelos feitos à polícia.

O trio elétrico que faria a animação do carnaval de protesto não teve permissão de chegar à orla marítima, onde o povo esperava para começar a manifestação, enquanto, do outro lado da cidade, Collor de Mello fazia sua festa política em palácio e em inaugurações de duas obras de fim de governo. A polícia não apresentou nenhum motivo para impedir a manifestação: os PMs se limitavam a informar que eram "ordens de cima", tomaram os pacotes de panfletos (inclusive o que tinha impressa a letra do frevo "Já vai tarde"), tomaram cartazes, rasgaram dezenas de faixas com a inscrição "Xô, Collor" e confinaram o trio elétrico e as lideranças da manifestação num local apertado e distante da praia.

Ali mesmo foi feito um ato breve, denunciando a arbitrariedade de Collor e sua covardia por não admitir uma manifestação popular que contrariava sua propaganda e desmentia todas as falsas "realizações" de seu governo. O palácio ainda contratou dois trios elétricos para irem às praias com o intuito de enganar o povo. Mas não adiantou, pois todo mundo esperava "o trio elétrico da oposição". Assim, a propaganda de Collor caiu no vazio. Repórteres e cinegrafistas de jornais e revistas nacionais mostravam espanto com a brutalidade do governo estadual, o que se refletiu no noticiário do dia seguinte. (da sucursal)



O povo alagoano manifestou sua repulsa a Collor de Mello

PAULO  
CARUSO  
apresenta...

AVENIDA  
BRASIL

em...  
"O EFEITO  
ORLOFF"



O chargista Paulo Caruso conseguiu captar, com tirocinio e humor, a essência do "fenômeno Collor" ("Isto é Senhor" — 17/05/89)

# Uma lei à moda ditadura

A Medida Provisória nº 50 despertou não só o repúdio dos trabalhadores, mas também forte reação entre os parlamentares progressistas no Congresso Nacional. No dia 3 de maio, o deputado federal Haroldo Lima (PCdoB-BA) fez um contundente pronunciamento no grande expediente, desmascarando o caráter da Medida de Sarney. Publicamos um resumo do seu discurso.

As atitudes do governo federal face ao crescimento das greves de trabalhadores e funcionários estão levando o país a uma situação grave e delicada. O próprio presidente da República proclama que já enfrentou cerca de 9 mil greves e que só nos primeiros meses deste ano já se deparou com cerca de mil movimentos grevistas. Esses números atestam a falência da política econômica a que o atual governo se agarra desesperadamente. É essa política que provoca insatisfação, desassossego, mobilização e greve entre os trabalhadores brasileiros.

Todas as greves em curso no Brasil de hoje decorrem das perdas salariais que operários, trabalhadores e funcionários acumularam com os sucessivos pacotes econômicos do governo, especialmente com o último Plano Verão.

Ante o clamor do povo que se levanta em greves protestando o governo responde com a edição da Medida Provisória nº 50. Tal Medida é abusiva, autoritária, ilegal, inconstitucional e provocadora. Ela dá mostras de que estamos às voltas com um governo não apenas incompetente mas perigoso, porque investe cegamente contra a Constituição.

A Medida Provisória nº 50 é anticonstitucional. Os incisos I e III do artigo 8º da Constituição estabelecem que "ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria", sendo "vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical". Apesar disso, a Medida Provisória nº 50 quer que as assembleias que venham a deliberar sobre greve tenham "um quórum não inferior a 1/3 de seus associados...". "Ora, a forma pela qual os sindicatos aprovam ou não uma greve é questão interna da organização sindical, não tendo o governo nada a ver com isso, porque, como diz a Constituição, é proibido ao Poder Público interferir na organização sindical. Além de inconstitucional a Medida Provisória nº 50 procura restaurar desavergonhadamente a legislação ditatorial que foi feita em nosso país logo após o golpe de abril de 1964.

As greves sempre foram perseguidas em nosso país. As classes dominantes tratavam-nas como caso de polícia. Mas foi com grande satisfação e com respaldo em amplo movimento reivindicatório que se conseguiu escrever na Constituição que é assegurado o direito de greve, competindo aos

trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender (artigo 9º da Constituição Federal).

Em nenhum instante a Constituição abrigou o conceito de greve legal ou ilegal, reconhecendo apenas o termo "greve", porque expressamente quis banir, como de fato o fez, a greve ilegal da norma constitucional brasileira. Há outro aspecto de extrema gravidade na Medida Provisória nº 50: é a "requisição civil". A Constituição prevê no inciso III do artigo 22 que cabe à União legislar sobre "requisições civis e militares em caso de iminente perigo e em tempos de guerra". O iminente perigo é posto no mesmo nível dos "tempos de guerra", e só nesses casos caberiam as requisições civis. No Estado Novo de Getúlio Vargas houve um decreto-lei, o de nº 4.812, que ficou conhecido como "lei das requisições". Ali as requisições eram permitidas "quando indispensáveis à defesa da segurança do país", condições semelhantes às do "perigo iminente" ou "tempos de guerra". Mas foi essa excepcionalidade que Sarney, Oscar Corrêa, Saulo Ramos e outros não viram. Da forma mais arbitrária e até atabalhoada puseram-se a legislar sobre requisições civis, não para os "tempos de guerra" mas para os momentos de greve.

O caráter canhestro, ridículo, mesquinho da Medida Provisória nº 50 vem acompanhado do seu aspecto autoritário, discricionário, antitrabalhador. Porque a Medida prevê que quem for requisitado, "preferencialmente os grevistas", para fazer algum trabalho considerado essencial e "deixar de atender...", comete "crime contra a organização do trabalho" e pode receber "pena de detenção de um a

seis meses". Vê-se que Sarney, Oscar Corrêa, Saulo Ramos e sua trupe não só fizeram carreira e ser formaram na escola da ditadura militar como demonstram saudades dos tempos do arbítrio. E essas saudades podem estar alimentando planos cada vez mais reacionários e repressivos. Já tramita nesta Casa, enviado por Sarney, um projeto de lei regulamentando o Conselho de Defesa Nacional, que ficou na Constituição como uma espécie de sucedâneo do famigerado Conselho de Segurança Nacional. É inequivocamente o primeiro passo que o governo dá para em seguida poder decretar o Estado de Defesa. São sintomas de que o governo Sarney se encaminha no sentido da radicalização, do endurecimento, da irresponsabilidade, da provocação. Age como nos velhos tempos da ditadura.

Somos da opinião de que as greves em curso em nosso país são justas. Metalúrgicos, bancários, professores, portuários, e tantas outras categorias profissionais têm provado elevado espírito de brasilidade, de defesa da liberdade e do trabalho, voltados para o engrandecimento do povo e do país.

Os trabalhadores não podem recuar ante a Medida Provisória nº 50. Ela é inconstitucional, arbitrária e tresloucada. Sob vários aspectos, é das leis mais infames que já quiseram nos impor. Serenamente os trabalhadores devem se manter firmes. Não devem aceitar o emprego de métodos de luta que não são próprios do movimento sindical reivindicatório, tais como a utilização de bombas e artefatos. Esses métodos tendem a uma radicalização artificial do processo e, em geral, causam prejuízos sérios à classe operária e aos oprimidos. A derrota da Medida Provisória nº 50 não passa por aí. Passa pela coragem de responder à requisição civil e, da mesma maneira que, na prática, derrotamos o decreto 4.330, a antiga lei anti-greve da ditadura militar, derrotaremos também essa canhestra e imoral Medida Provisória nº 50, a nova lei anti-greve de Sarney.



Haroldo Lima: repúdio ao golpe contra a Constituição.

## CRÔNICA

## DE BRASÍLIA

### Derrubar a Medida nº 50

Moacyr de Oliveira Filho\*

As lideranças partidárias da Câmara dos Deputados começaram a negociar, esta semana, o mérito dos projetos de lei sobre política salarial, salário-mínimo e direito de greve que devem ser votados ainda neste mês, dando início efetivo à regulamentação do texto constitucional. Os setores progressistas da Câmara lutarão para aprovar os projetos elaborados pela Comissão de Trabalho sobre essas três matérias. Em relação ao salário-mínimo, o projeto da Comissão retoma a proposta anteriormente aprovada pelo plenário e vetada integralmente por Sarney, fixando salário-mínimo em 160 cruzados novos. Quanto à política salarial, o projeto aprovado pela Comissão de Trabalho prevê a adoção de reajustes mensais com base nos índices de inflação, a reposição integral das perdas salariais provocadas pelo Plano Verão e, a partir daí, livre negociação.

Já na regulamentação do direito de greve, a questão é um pouco diferente. Com o envio ao Congresso da draconiana Medida Provisória nº 50 (ver matéria ao lado), reeditando a antiga lei de greve da ditadura, ficou prejudicada a intenção da Comissão de Trabalho de apresentar um projeto de lei sobre o assunto. Optou, então, pela apresentação de uma emenda substitutiva integral à Medida Provisória nº 50, emenda subscrita pelos deputados Edmilson Valentim, Paulo Paim, Nelson Friedrich, Myriam Portella, Antero de Barros, Domingos Leonelli e Geraldo Campos, todos membros da Comissão de Trabalho. A emenda substitutiva, ao contrário da Medida Provisória nº 50, garante irrestritamente o direito de greve, assegurado pela Constituição, dá plenos poderes às assembleias dos sindicatos para decretar, organizar e cessar a greve, garante estabilidade de trabalho aos trabalhadores membros da Comissão de Negociação, permite a organização de pique-

tes pacíficos, assegura o pagamento dos dias parados caso a Justiça do Trabalho defira integral ou parcialmente as reivindicações que motivaram a greve e define como atividades essenciais os serviços de emergência médicos e hospitalares, de abastecimento de água e esgoto, energia elétrica, funerários e de guarda, uso e controle de substâncias radiativas e equipamentos e materiais nucleares, definindo que cabe ao sindicato indicar aos empregadores os trabalhadores indispensáveis à prestação dos serviços mínimos de atendimento às necessidades inadiáveis da comunidade caracterizadas como essenciais. A aprovação desses três projetos representará um avanço na regulamentação dos direitos constitucionais.

A Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados aprovou a realização de um seminário sobre a dívida externa da América Latina, proposto pelo deputado Eduardo Bomfim (PCdoB-AL). O seminário discutirá a dívida externa dos países latino-americanos e contará com a participação de importantes personalidades políticas e intelectuais de toda a América Latina.

Com a indicação do ex-deputado Paulo Maluf para ser o candidato a presidente da República pelo PDS, na Convenção Nacional do 14 de maio, fica praticamente definido o quadro da sucessão presidencial, restando apenas a escolha do candidato do PFL, entre Aureliano Chaves e Marco Maciel. Colôr, Jânio, Ulysses, Afif, Aureliano ou Maciel, Caiado, Covas e Brizola tentarão convencer o eleitorado com suas velhas e surradas promessas. No fundo, todos eles querem mesmo é a mesma coisa. A alternativa para romper com esse círculo vicioso já está nas ruas: Lula e a Frente Brasil Popular.

\* Jornalista, correspondente em Brasília

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

## NAS ENTRELINHAS DA NOTÍCIA

### Lançada a Frente Brasil Popular e só O Globo não viu

Clóves Wonder

*Inebriados com o sucesso pueril do orloff Jânio Fernando Collor de Mello, os jornalões e revistas semanais deram o mínimo de espaço para o lançamento da Frente Brasil Popular, no último dia 13, em São Bernardo do Campo. O mais ardoroso fã do novo Jânio, o jornal de Roberto Marinho, "O Globo", sequer noticiou, na sua edição de domingo, dia 14, o lançamento da Frente.*

*A "Folha de S. Paulo", como sempre, cobriu o acontecimento até as 14 horas, quando invariavelmente fecha suas edições (não sei como conseguem de vez em quando ter alguma notícia nova). O resto foi publicado só na segunda-feira. Mas tudo meio escondidinho em páginas menos nobres. O tipo dar a notícia para não pegar mal.*

*O melhor espaço foi dado pelo "Jornal do Brasil", mas, mesmo assim, de forma mais discreta. O "Estadão" caprichou no ranço e tascou a nota num cantinho.*

*Já o tratamento dado ao efeito orloff de Jânio foi principesco, no mínimo. O suplemento besteirol "Folha d", dedicou-lhe a capa e uma entrevista mais que marota feita pelo competente Wagner Carelli. O "JB" também quase que dedica ao ex-governador, que quase destruiu as Alagoas, um caderno especial, com direito até a fotos de batizado e casamento. Também "O Globo" e o "Estadão" não mediram esforços para empapuçarem o ego do homem dos marajás.*

**Freire e Abel (ou Caim?)**

Os revisionistas brasileiros estão emplacando na telinha do "Globo" e nas páginas dos jornalões. E os que vêm de fora falar mal do socialismo também fazem grande sucesso, como esse tal de Abel Aganbeguian.

Roberto Freire, o candidato a candidato a candidato a último lugar na corrida presidencial, está tendo seu esforço de dividir a esquerda para beneficiar a direita regamente recompensado. Depois de ir beijar a mão de Sarney

tentando misturar frente antiterrorista com cretinismo, foi almoçar com aquele que se sente o donatário do Brasil, Roberto Marinho. Que, aliás, todo presidencial de direita e de centro faz questão de bajular e pedir bênçãos.

Depois do almoço com o "jornalista", posou para fotos que foram reproduzidas na página nobre (3) de "O Globo" e teve quase que um segmento do "Jornal Nacional", da Rede Globo, inteiro à sua disposição. Um festival. E a hiena ria que só vendo. E ainda foi à Fiesp pedir bênção aos patrões entreguistas representados pelo testa de ferro Mário Amato. Lá também teceu loas aos patrões e ganhou quase que um beijo de Amato. Elogios não faltaram ao seu "comunismo" moderno e anti-estatazante. Só rindo, ou chorando.

Já o Abel Aganbeguian passou uma semana voando entre São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília num jatinho executivo ofertado não se sabe por quem. Em todos os lugares, o lugar tenente de Gorbachev não parava de tecer críticas ao socialismo, de defender uma lei de greve que as proibisse nos setores essenciais ("Jornal do Brasil", de domingo, dia 14) e a internacionalização completa da economia.

Tem matéria na página 17 sobre o assunto de Moacyr de Oliveira, de Brasília. Mas o que nosso repórter não escutou, nosso enviado especial ouviu no corredor das comissões, logo depois da palestra do gordo capitalista-entreguista russo. Dizia o deputado direitista, líder do Centrão, Ricardo Fiúza, a uma outra figura congressual: "esse é o comunista dos meus sonhos".

Agora, vocês entendem por que nós, do PCdoB, falamos que a URSS está em marcha-à-ré acelerada de volta ao capitalismo. Eles até já dão lição de capitalismo para americanos, ingleses, franceses e brasileiros. Vejam só!

# SOS Democracia, resposta à repressão

Rio de Janeiro e Paraná estão se mobilizando e se organizando para fazer frente aos atentados da direita e defender a democracia. Em ambos os Estados foram realizados atos contra a escalada terrorista. Em Curitiba, foi criado o Comitê Estadual em Defesa da Democracia e dos Trabalhadores e formou-se a Frente Parlamentar em Defesa da Democracia.

No Paraná, a escalada da direita e a campanha antigreve, ao lado dos pronunciamentos dos militares, foram ostensivos. Desde o dia 27 de abril, dirigentes do PCdoB, PT e PCB vêm sendo ameaçados de morte, através de cartas. Também sindicalistas da CUT e da Corrente Sindical Classista estão sendo ameaçados pelo autodenominado "Comando de Caça aos Corruptos, Comunistas e Clero Progressista (C4P)".

Os dirigentes do PCdoB no Estado, Jorge de Sousa, Télia Negrão, Luiz Manfredini, Zenir Teixeira, e a presidente da União de Mulheres, Beatriz Mattê, são alguns dos marcados para morrer pelo comando terrorista.

Esta investida da direita levou a uma série de denúncias feitas através da imprensa. O governo do Estado foi procurado para tomar providências. Uma representação ao secretário de Segurança Pública levou à nomeação de um delegado especial para tratar do caso.

O Comitê Estadual em Defesa da Democracia e dos Trabalhadores é integrado pelo PCdoB, PT, PSB, PSC, PCB, PDT, CUT, CSC, CGT, entidades sindicais, de mulheres, de jovens e de moradores. Dentre as atividades programadas estão um Dia Estadual de Alerta pela Democracia e um ato público na Boca Malhada, Curitiba.

### Frente Parlamentar

As articulações resultaram também na formação da Frente Parlamentar em Defesa da Democracia, composta inicialmente por deputados estaduais e vereadores. A Frente Parlamentar está buscando a adesão dos deputados federais e senadores paranaenses.

Uma de suas primeiras medidas foi a apresentação de proposta à Assembléia Constituinte do Estado impedindo que órgãos públicos, como Banestado, demitam grevistas, como vem ocorrendo após as últimas greves. A proposta foi apresentada pelo deputado Nereu Massignan. O vereador Ângelo Vanhoni solicitou ao governador do Estado uma audiência para cobrar uma ação mais incisiva contra os terroristas de direita.

Um manifesto, assinado por todas as entidades e personalidades, está sendo distribuído pelas organizações democráticas e populares, como forma de criar uma opinião pública em torno da necessidade de fazer frente às ameaças contra as liberdades no país.

Segundo o presidente do PCdoB-PR, Jorge de Sousa, "a direita está sem alternativa para enfrentar a disputa eleitoral, e por isso ataca desesperadamente os democratas e comunistas".

### Atos no Rio

No dia 11, foram realizados dois atos em defesa da democracia no Rio, ressaltando a importância da participação da sociedade civil neste processo. A primeira iniciativa, comandada pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e Sindicato dos Jornalistas, aconteceu às 14 horas. Representantes de entidades sindicais e partidos políticos, depu-

tados e vereadores (inclusive de Volta Redonda) compareceram à sede da ABI. Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI, enfatizou a necessidade de defender a democracia "em todas as horas e todos os momentos". Herman Baeta, do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, afirmou que "o direito de greve é inalienável e não pode ser penalizado por um governo que aplica uma política de arrocho e massacre do trabalhador".

Vanderlei Barcelos, falando em nome dos metalúrgicos de Volta Redonda, salientou que "atacar o movimento operário, sob qualquer pretexto, é atacar a construção da democracia no país". Foram denunciadas as diversas violências e arbitrariedades cometidas pelo Exército em Volta Redonda, e cobrada a apuração do atentado contra o monumento aos mártires metalúrgicos.

O vereador Edson Santos, do PCdoB, conclamou os presentes a "manter a unidade em defesa da democracia, pois só assim conseguiremos isolar a direita e os reacionários".

Em seguida, houve um ato no plenário da Assembléia Estadual Constituinte, onde foi elaborado um documento repudiando os que tramam contra a democracia. O documento foi assinado pelo PT, PCdoB, PMDB, PSDB, PDT, PTB, PL, PTR, Pasart, PDS, PS, PMN e PTN.

Essas iniciativas contam com a adesão entusiástica dos comunistas do PCdoB, que na última reunião de seu Comitê Central decidiu incentivar a ampla união das forças políticas em movimentos que denunciem as tentativas de golpe e a intimidação política e defendam o regime democrático. (Das sucursais do Rio de Janeiro e Paraná).

Arquivo



**CDM**  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

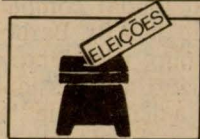
Manifestação popular no Rio de Janeiro, contra o arbítrio, a repressão e o terrorismo. Defesa da democracia



## As sucessões na história

## 1891-1894 – Um casamento de conveniência

José Carlos Ruy\*



A eleição de Floriano Peixoto para a vice-presidência da República pela Assembléia Constituinte, em 25 de fevereiro de 1891, foi singular. Floriano teve 157 votos, 28 a mais do que a votação do próprio presidente, o marechal Deodoro da Fonseca. Por isso, quando Deodoro foi deposto, em novembro de 1891, Floriano Peixoto assumiu o poder com um apoio talvez maior do que Deodoro tivera. Mas seu período não seria tranquilo.

A aliança entre militares "jacobinos" e positivistas chefiados por Floriano e os oligarcas paulistas, liderados por Prudente de Moraes, manteve-se no poder apenas o tempo suficiente para consolidar o novo regime e permitir o lançamento das bases do compromisso político interoligarquico que caracterizou a República Velha.

## Típicos exemplos da utilização das Forças Armadas na política

Floriano Peixoto passou à história como o Consolidador da República. Sua aliança com os paulistas e o poderio econômico e militar de São Paulo obrigou-o a respeitar escrupulosamente a autonomia daquele Estado. Isso não aconteceu, porém, em relação às outras unidades da Federação. "Em lugar de ser amplamente baseado em movimentos populares" diz a historiadora June Hahner, os seguidores de Floriano "eram típicos exemplos da utilização das Forças Armadas em questões políticas". Assim, o governo Floriano teve um caráter ambíguo. Por um lado, lutou contra oligarquias estaduais cujo poder, muitas vezes, remontava ao Império e mesmo ao período colonial. Depois que Floriano assumiu a presidência, uma série de movimentos militares ocorreram nos Estados; governadores foram depostos; antigas chefias políticas afastadas, e seu lugar ocupado por interventores militares ligados a Floriano. Ao mesmo tempo, Floriano dirigiu uma luta implacável contra as reminiscências monarquistas que ainda persistiam. Enfrentou revoltas militares como a das fortalezas de Lages e Santa Cruz, no Rio de Janeiro; a revolta da Armada, no Rio de Janeiro; a Revolução Federalista, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina; um movimento separatista animado por militares, em Pernambuco. Esmagou a todos com mão de ferro, e não vacilou nem mesmo quando a alta hierarquia militar aderiu à conspiração contra seu gover-

no — em abril de 1892 e expulsou das Forças Armadas 13 generais e almirantes deodoristas que tramavam sua deposição. Deste ponto de vista, Floriano teve um papel progressista ao eliminar todas as ameaças contra o novo regime instalado em 15 de novembro de 1889.

## Floriano resolvia com a espada os problemas sociais e políticos

A outra face da ambigüidade de Floriano, porém, revela-se em sua pretensão de resolver, com a espada, problemas sociais que só a luta política de massas e a ampla mobilização popular conseguiriam fazê-lo. Floriano foi pioneiro no uso do Exército como instrumento de transformação social — um papel que os militares desempenhariam em todo o período republicano. Encarando-se a si próprio como força neutra em relação às classes sociais, empenhada na defesa da pátria contra políticos venais e facções partidárias, os militares encaram-se como substitutos dos protagonistas da luta política, pairando sobre eles com a sombra ameaçadora de suas espadas. Sob Floriano foi a primeira vez que o bonapartismo — o regime em que os militares sobrepõe-se aos partidos políticos e principalmente ao movimento das classes populares — manifestou-se no Brasil, iniciando um processo de intervenção militar na política que ainda hoje, quase cem anos depois, não está concluído.

A união entre paulistas e Floriano foi um casamento de conveniência que existiu para cumprir uma tarefa específica, sendo soldada por interesses muito definidos. Os paulistas

apoiaram Floriano, em 1891, quando ficou inviável — principalmente do ponto de vista militar — a imposição de seu líder, Prudente de Moraes, como adversário de Deodoro na eleição presidencial. Por isso, descarregaram seus votos no candidato a vice, Floriano Peixoto. Floriano, por sua vez, precisava do apoio militar e econômico de São Paulo para derrotar os levantes contra seu governo. São Paulo emprestou grandes somas ao governo federal, comprou armas em estabelecimentos comerciais do Estado para fornecer ao exército nacional, sugeriu e apoiou as gestões de Floriano para comprar armas no exterior, recrutou tropas adicionais entre colonos dos fazendeiros paulistas para apoiá-lo. Ao mesmo tempo, contudo, os paulistas empenharam-se em equipar melhor e aumentar suas próprias tropas.

Enquanto Floriano enfrentava rebeliões armadas e crescentes gastos militares para consolidar a República, os paulistas ganhavam tempo e se articulavam politicamente para tomar de assalto o governo federal e assumir seu controle. Os paulistas atraíram as oligarquias dos outros Estados para seu projeto federalista — principalmente de Minas Gerais, cujo governador Afonso Pena juntou-se às pressões, em 1894, pela convocação de eleições. Naquele momento, muitos temiam que o presidente cancelasse a escolha de seu sucessor, e Afonso Pena alertava Floriano dizendo que o povo "Vê o governo de V. Excia. como pretendendo a ditadura".

Quando sentiram-se suficientemente fortes, os paulistas começaram a se afastar de Floriano, embora cautelosamente. O rompimento come-

çou com o início das intervenções militares nos Estados, embora São Paulo tivesse sido poupado. Além disso, os paulistas temiam que a instabilidade política provocada por um militar sem habilidade nem vontade para lidar com questões políticas levasse o país à "anarquia" tornando-o ingovernável e comprometendo sua imagem no exterior, dificultando os negócios dos paulistas com seus sócios estrangeiros. Assim, "duas importantes reivindicações paulistas pareciam estar em perigo: a autonomia regional e a estabilidade política", diz June Hahner.

## A eleição de Prudente de Moraes completa o jogo dos paulistas

O rompimento com o governo federal foi cuidadoso mas inexorável. A guerra civil prosseguia no Sul, e grande parte do país estava em Estado de Sítio, uma situação particularmente difícil para uma candidatura civil, principalmente de um homem que, durante muito tempo, foi contrário ao domínio do governo por militares. Quando a eleição foi convocada, para 1º de março de 1894, contudo, a ameaça dos federalistas no Sul "estava no apogeu e o Marechal dependia da ajuda dos paulistas", diz Hahner. Mesmo assim, Floriano esboçou uma resistência contra a candidatura de Prudente de Moraes, que crescia. Primeiro, seus partidários tentaram uma reforma da Constituição, permitindo sua reeleição; fracassaram. Depois, Floriano, tentou dividir os paulistas oferecendo seu apoio a Rangel Pestana. Novo fracasso. Final-

mente, militares florianistas tentaram unir governadores estaduais e comandantes militares em torno de outro nome militar, o paraense Lauro Sodré. Também em vão; Sodré saiu do páreo depois que a divisão entre os militares ficou evidente. Mesmo assim, quando houve a eleição, ele teve alguns votos — embora a vitória de Prudente de Moraes tenha sido inquestionável. Ele foi o primeiro presidente civil eleito pelo voto popular, apesar de todas as restrições que se possa fazer ao sistema eleitoral da República Velha.

A eleição de Prudente de Moraes, porém, não significou o fim das apreensões. Temia-se que um golpe militar impedisse a posse do eleito, e Campos Sales chegou a escrever a Bernardino de Campos que "a situação política aqui (no Rio de Janeiro) não está bem boa, por outra, continua muito ruim". Para não afrontar o marechal, Prudente de Moraes escolheu cuidadosamente seu ministério, chegando a nomear um ministro das Finanças que era "muito considerado pelo marechal". Apesar disso, Prudente também estava informado sobre as dissensões entre os militares, que favoreciam o cumprimento da legalidade — enquanto alguns oficiais conspiravam pela continuidade de Floriano, outros não aderiam a esses planos, e a Marinha opunha-se à permanência do marechal. Além disso, o próprio Floriano Peixoto estava doente, sem energia suficiente para intervir no jogo político. Ele nem mesmo foi à posse de Prudente — falta que alguns atribuem à contrariedade da derrota política, e outros à doença.

Com a eleição de Prudente de Moraes, o jogo da oligarquia paulista estava completo. Primeiro, os conservadores haviam afastado os radicais do movimento que levou à República. Depois, usaram a mão de gato dos militares para consolidar o regime, mas deram-lhes um xeque mate em março de 1894, afastando-os do poder. O caminho para o pacto das oligarquias — consolidado no governo de Campos Sales, o sucessor de Prudente de Moraes, na chamada "Política dos Governadores" — estava apalmando. Prudente de Moraes ainda enfrentaria alguma oposição militar de florianistas e positivistas. Elas foram impotentes, contudo, para mudar o rumo dos acontecimentos, e o governo do primeiro presidente civil abriu o período do domínio, na história republicana, dos grandes latifundiários, aliados às oligarquias regionais e ao grande capital burguês.





## CONSCIÊNCIA SOCIALISTA

### Hegemonia política não é por decreto

Rogério Lustosa\*

A unidade do povo é condição básica para a realização de transformações revolucionárias na sociedade. Para que esta unidade seja fortemente cimentada e leve até o fim seus objetivos maiores, é essencial que a classe operária, através de seu partido de vanguarda, conquiste a direção da luta política do movimento popular.

#### PROBLEMAS PRÁTICOS

Veja por outra, entretanto, uma compreensão mecânica do esforço para a conquista da hegemonia pelo proletariado conduz a comportamentos sectários e, na prática, anti-unitários.

A direção política de um amplo movimento de massas é fruto de demonstração prática e não de decretos. Isto exige tempo e condições objetivas. O Partido se destaca por sua dedicação, por sua visão política e por seu despreendimento na busca dos interesses da maioria. O povo, nas batalhas do dia-a-dia, é levado a reconhecer a liderança verdadeiramente revolucionária.

Nunca é demais lembrar que a menos de três meses da revolução socialista de 1917, os bolcheviques tinham a direção de apenas 13% dos Soviets. Mas quando as soluções maiores se colocaram concretamente na ordem do dia, só o partido de Lenin tinha a ousadia e contava com prestígio e confiança dos trabalhadores para a batalha.

#### FRENTE DE ESQUERDA

Problema concreto, atual, para os comunistas no Brasil, é a construção da união das esquerdas. A partida foi dada em S. Bernardo, com um expressivo comício, onde foram lançados o Programa e o candidato da Frente Brasil Popular.

Ao mesmo tempo, o PCdoB publicou as sugestões que apresentou aos outros partidos no processo de elaboração do programa comum. Alguns poderiam

imaginar que, por isto, daqui em diante haveria um confronto junto ao povo para decidir qual programa prevalece. Nada mais equivocado. Só existe um programa na campanha sucessória: o que foi aprovado coletivamente pelas organizações envolvidas na Frente.

As propostas dos comunistas serão utilizadas apenas como material de esclarecimento. Tentar unir as forças de esquerda colocando em primeiro plano exatamente as divergências com os aliados só serviria para confundir os trabalhadores.

Não se trata de esconder as diferenças existentes. Mas elas aparecerão para o povo principalmente no combate às oligarquias, na dedicação à construção da unidade, na firmeza em aplicar, até as últimas consequências, os pontos programáticos aprovados por todos.

#### MAIS RESOLUTOS

No Manifesto do Partido Comunista, Marx é muito claro: "Os comunistas não têm interesses que os separem do proletariado em geral (...) constituem a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país, a fração que impulsiona as demais; teoricamente têm sobre o resto do proletariado a vantagem de uma compreensão nítida das condições, da marcha e dos fins gerais do movimento proletário (...)"

"Os comunistas combatem pelos interesses e objetivos imediatos da classe operária, mas, ao mesmo tempo, defendem e representam, no movimento atual, o futuro do movimento".

A defesa da unidade não implica em dissimular divergências e omitir críticas. Mas isto é feito em correspondência com o nível de consciência do povo e não com base em desejo e vaidades.

\* Da direção nacional do PCdoB

Marcos Kovarik\*

Realizou-se nos dias 5, 6 e 7 de maio o ativo nacional sobre o trabalho do PCdoB no campo. Esta importante iniciativa da direção nacional contou com a participação de 36 dirigentes de 18 Estados. Este ativo veio para dar uma resposta à necessidade do PCdoB de fazer avançar de forma articulada sua ação no campo. Faz parte da aplicação das decisões do 7º Congresso que reafirmou a importância estratégica do nosso trabalho junto aos assalariados rurais e aos camponeses em geral.

No terreno político, o ativo concluiu ser necessário se promover uma ampla campanha de massas para garantir e fazer avançar a candidatura Lula da Frente Brasil Popular à Presidência da República. Esta campanha deve se desenvolver também no campo, onde é possível organizar um poderoso movimento popular dos trabalhadores rurais e seus sindicatos, com base no programa democrático e popular da Frente.

Devem surgir iniciativas para a formação de comitês de sindicalistas e de trabalhadores rurais, somando-se de forma ampla e unitária à organização dos comitês da Frente nos Estados e Municípios.

A participação do movimento camponês e de assalariados rurais na sucessão presidencial e na defesa da democracia será sem dúvida de grande politização do povo e do avanço das lutas.

No que se refere ao movimento sindical dos trabalhadores rurais, foram intensas as discussões sobre os avanços que vêm tendo e sobre as dificuldades por que vem passando o sindicalismo, em decorrência das investidas do reformismo de direita e de sectarismo de "esquerda".

Ressaltou-se a intensa modificação por que passa a com-

posição social no campo, onde, com a penetração brutal e rápida do capitalismo, tem crescido a importância dos assalariados, quantitativa e qualitativamente. Esta situação levou à formação em São Paulo da Federação dos Assalariados Rurais, com base já em 13 sindicatos de assalariados.

O ativo apontou também a necessidade de divulgar em larga escala e organizar a Corrente Sindical Classista, marcando presença em todas as atividades do movimento sindical no campo.

Quanto à política de alianças, é prioritário compor com os setores de esquerda e mais avançados do movimento sindical dos trabalhadores rurais, para combater as concepções atrasadas e imobilistas e elevar o grau de politização do movimento dos trabalhadores rurais.

De particular importância é a postura de oposição à atual diretoria da Contag, cujas posições contrárias às decisões e orientações do 4º Congresso devem ser energeticamente denunciadas, como por exemplo a escandalosa e golpista eleição do mês passado. Isto não significa oposição à existência da Contag e nem a adoção de atitudes estreitas e exclusivistas.

Os dirigentes do Partido no setor rural consideraram tarefa da atualidade implementar a organização dos sindicatos dos trabalhadores assalariados rurais, de acordo com a realidade de cada região, sem artificialismo e tendo em conta a necessidade de se manter a unidade na luta com os demais segmentos do campo e com os sindicatos tradicionais. Esta indicação tem como base a realidade objetiva de regiões, Estados e municípios do país, onde os assalariados são contingentes expressivos e enfrentam dificuldades concretas para organizar sua luta através dos sindicatos de trabalhadores rurais. Por outro lado, a

organização dos sindicatos e federações dos assalariados rurais não deve se contrapor à organização centralizada do campo a nível nacional, que é a Contag. Pelo contrário, os sindicatos e federações devem se vincular a esta confederação.

É necessário ainda avançar na democratização da vida interna dos sindicatos e federações, propondo mudanças nos seus estatutos. A ênfase maior aí é a defesa intransigente da liberdade e autonomia sindical, conquistada e assegurada pela atual Constituição.

Foram muito ricos também os debates sobre a construção e organização do PCdoB no campo, o que constitui tarefa fundamental e decisiva para o crescimento de nossa intervenção nas lutas dos assalariados rurais e dos camponeses. Ficou patente o tratamento insuficiente e ainda marcado pelo espontaneísmo que a maioria dos comitês regionais tem dado à construção do Partido no campo, notadamente entre os assalariados e camponeses. A necessidade de avançar na construção do Partido no campo assume dimensões ainda maiores nos Estados e regiões onde os assalariados rurais têm papel decisivo na produção econômica e são efetivamente a expressão maior do proletariado rural e de suas lutas.

O ativo nacional sobre a atividade de PCdoB no campo demonstrou mais uma vez de forma viva a grande importância que tem para o processo de libertação do povo brasileiro a construção de um partido numeroso e atuante junto aos assalariados rurais, aos semiproletários, aos sem-terra e aos pequenos e médios produtores para levar à frente a gigantesca tarefa de construir o socialismo no Brasil.

\* Da direção regional do PCdoB no Maranhão

Arquivo



O ativo que debateu a atividade do Partido entre os trabalhadores rurais.

# Reuniu-se o 4º Pleno do CC

O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil realizou nos dias 10 e 11 de maio, em São Paulo, sua 4ª reunião plenária desde o 7º Congresso. Fez um balanço das tarefas recomendadas na 3ª reunião, de dezembro de 1988, aprovando a atividade partidária na articulação da Frente Brasil Popular, na frente sindical e na confecção do Órgão Central do Partido, **A Classe Operária**. O 4º Pleno do Comitê Central discutiu a situação do país e a sucessão presidencial e deu indicações para o trabalho a ser desempenhado pelo Partido nos próximos meses.

No final da reunião, em comemoração ao 10º aniversário da 7ª Conferência Nacional do PCdoB, que reestruturou o Partido depois da queda da Lapa, falou o camarada Sérgio Miranda, que fez uma correta e profunda apreciação daquele evento.

**1** Analisando a situação nacional, o Pleno do Comitê Central constatou que esta se caracteriza pelo agravamento da crise econômica e política. Insistindo na aplicação das diretivas do FMI, o governo Sarney leva o país a uma situação insustentável. Os próprios responsáveis pela área econômica do governo admitem de público que a situação está fora de controle. O Plano Verão, poucas semanas depois de decretado, entrou em pane e só agravou os problemas do país e do povo, sobre quem o governo descarrega o peso das dificuldades. Os preços, tidos como congelados, aumentaram livremente. Voltou e prevalece o sistema do ágio, com a retenção dos produtos, pelos empresários, até que aumentem os preços. Alimentos essenciais, como a carne, só se consegue se o consumidor pagar de duas a três vezes o valor fixado. O câmbio, que sofreu uma maxidesvalorização de 17% quando da decretação do Plano Verão, disparou. E o governo decidiu adotar a política de minidesvalorizações, estabelecendo seis desvalorizações mensais. O custo de vida elevou-se bruscamente, a inflação é ascendente. Os salários, porém, se mantêm arcaicos. Sequer as perdas sofridas o governo se dispõe a repor.

O recrudescimento da crise econômica resulta no maior agravamento dos problemas sociais. Os assalariados em geral encontram-se numa situação aflitiva, a fome e a miséria se alastram. O país vive uma

situação dramática que resulta na eclosão de conflitos sociais de grandes proporções. Os trabalhadores respondem com numerosas e combativas greves, num dos mais extensos movimentos reivindicativos já visto no país. As greves se prolongam por longos períodos devido à intransigência do governo e do patronato que se recusam a atender as mínimas demandas dos trabalhadores. E atingem setores fundamentais da economia. Constituem um vigoroso protesto contra a política de arrocho e fome do governo. O movimento de contestação a essa política tende objetivamente a permanecer, alastrar-se e radicalizar-se, pois o governo não dá sinais de que esteja decidido a mudar sua orientação.

**2** Tudo isso se reflete na situação política do país, que é bastante tensa. O Comitê Central do PCdoB identifica dois fatores que conduzem ao aumento da tensão política: as lutas sociais inevitáveis e a sucessão presidencial. Os generais, que continuam dirigindo o país através de Sarney, seu obediente fiel, temem o que eles denominam de convulsão social, que outra coisa não é senão a luta dos trabalhadores e do povo em defesa dos seus direitos. Receiam igualmente a derrota eleitoral e a vitória das forças populares. Põem em prática a velha política de agredir o povo e a legalidade constitucional. Passam às provocações, como o atentado de Volta Redonda. Atacam a bala os grevistas de São Bernardo. E o ministro do Exército justifica os atentados dizendo que é simples reação à esquerda.

Enquanto isso, o governo passa por cima da nova Carta Magna, recorrendo a medidas claramente inconstitucionais, idênticas às da época da ditadura. Ressuscita o decreto-lei, agora apelidado de Medida Provisória nº 50, uma reedição da lei de greve da ditadura militar. Apressa-se a regulamentar o Estado de Defesa, visando a aplicar medidas de exceção, de estado de sítio, onde surgirem as lutas operárias e populares. Todas essas ameaças, provocações e medidas antidemocráticas e anticonstitucionais têm caráter intimidativo. Seu escopo é amedrontar classe média e os setores populares que se veriam constrangidos a votar num elemento das classes dominantes para evitar o golpe militar e a cessar os movimentos grevistas e reivindicativos para garantir a realização das eleições. Mas a cau-



A mesa que dirigiu os trabalhos do 4º Pleno: Amazonas, Arthur de Paula, Ana Rocha e Luís Carlos.

sa da instabilidade política do país não radica na candidatura das esquerdas nem nas lutas sociais dos trabalhadores. Ela se encontra na política das classes dominantes, na intransigência do governo que, se persistir, levará o país ao abismo.

O governo, cada vez mais isolado e repudiado pela grande maioria da nação, prepara o ambiente para tentar impedir as eleições de novembro ou para realizá-las num clima de grandes restrições. Em face disso impõe-se a ampla mobilização política em defesa do regime democrático e da Constituição.

**3** Vai-se definindo o quadro eleitoral. As classes dominantes continuam enfrentando grandes dificuldades para se situar razoavelmente no processo sucessório. Não encontraram ainda um candidato que as unifique e concorra com boas chances. Ulysses Guimarães é um candidato de centro-direita. Compôs sua chapa com Waldir Pires na vice para buscar atrair o centro-esquerda, sem sucesso, porque é muito difícil alterar-lhe a feição de centro-direita. Jânio ensaia transformar-se no candidato da direita, explorando a moralidade na administração. A candidatura Covas não consegue deslanchar. O senador paulista esperava pelo racha do PMDB, que não sucedeu, por enquanto. E se suceder parece ir ainda mais para a direita. Brizola, que também esperava atrair os descontentes do PMDB, encontra-se estagnado e sua imagem de "esquerda" é cada vez mais pálida e caricata.

Aparece no cenário também a candidatura Collor, político oriundo da direita malufista. Procura atrair as massas explorando a "caça aos marajás", bancando o antimilitarista e explorando sua oposição a Sarney. Conta com o apoio de poderosos setores das classes dominantes, particularmente nos meios de comunicação, que tentam com essa candidatura desviar votos da área popular. Maluf, viúva da ditadura, também postula ser a

alternativa da direita. Mas não consegue unir forças em torno de seu nome. Há ainda a candidatura de Roberto Freire, de caráter divisionista e claramente a serviço do centro e da direita. Não tem nenhuma chance de decolar.

A questão mais importante no quadro sucessório é o surgimento da Frente Brasil Popular, com a candidatura do operário Luís Ignácio Lula da Silva. O candidato da Frente Brasil Popular tem grande potencialidade, devido aos seus vínculos com o movimento popular e operário, pelo programa democrático-popular que defende e pelo fato de unificar a verdadeira esquerda do país. Suas chances eleitorais aumentarão ainda mais na medida em que a campanha da Frente Popular ganhar as ruas e desencadear um amplo movimento de massas.

**4** O Comitê Central traçou as tarefas para os comunistas. Visam a fazer avançar a luta do povo, reforçar a organização e a unidade das massas e tornar vitoriosa a candidatura da Frente Brasil Popular. No cumprimento das suas tarefas os comunistas devem levar em conta as sérias tensões políticas e as lutas sociais que o país está vivendo e vai viver. É preciso fazer avançar o movimento democrático e popular e derrotar os intentos golpistas da reação. Nesse sentido, é fundamental mobilizar o povo na defesa dos seus direitos, elevar o nível de consciência e organização de suas lutas, unificá-lo em grandes e combativas jornadas. Apoiar o movimento grevista, evitando ao mesmo tempo as provocações ou a radicalização artificial que podem ser utilizadas pelo inimigo. Defender as liberdades democráticas e a existência de um regime democrático, exigência de todas as forças vivas da nação. Ter presente a importância da batalha sucessória, que não é apenas eleitoral, mas sobretudo política.

A 4ª reunião plenária do Comitê Central indicou as seguintes tarefas ao coletivo partidário:

## No terreno político

\* Organizar a Frente Brasil Popular em todos os Estados, municípios, bairros, setores profissionais, segmentos sociais etc. Esta é uma tarefa imediata da qual depende o desenvolvimento da campanha eleitoral. Organizar e lançar, com atos de massas, a FBP e a campanha de Lula. Pôr a campanha na rua.

\* Ampliar ao máximo a Frente Brasil Popular, mantendo o seu perfil democrático e popular.

\* Trabalhar em conjunto com outras correntes políticas, mantendo a independência e a fisionomia política do Partido.

\* Esclarecer as massas, ajudar a organizá-las, forjar uma verdadeira frente de libertação do povo e do país.

\* Desmascarar o governo e as forças reacionárias. Denunciar as tentativas de golpe e de intimidação política. Apoiar a formação de um amplo movimento de todas as forças políticas em defesa do regime democrático.

## Na frente sindical

\* Reforçar a Corrente Sindical Classista. Trabalhar pelo êxito dos seus Encontros ou Congressos estaduais que se realizarão proximamente. Apoiar o movimento grevista que luta por reivindicações justas e exige a mudança da política salarial do governo.

## Na vida do Partido

\* Ativar a militância. Mobilizar todo o Partido para as lutas populares e para a campanha sucessória, que é o centro de nossa atividade. Recrutar e organizar novos militantes no processo da luta. Desenvolver a discussão política no Partido, ganhar os militantes para a compreensão das tarefas que estão colocadas.

**CDM**

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

São Paulo, 11 de maio de 1989.  
O Comitê Central do Partido Comunista do Brasil

## TELMA DE SOUZA

## “Os conservadores não gostam do nosso governo”



Entrevista a Umberto Martins e Fábio Mesquita

“Estamos fazendo um governo efetivamente democrático e popular.” É o que garante, em entrevista à Classe Operária, a prefeita de Santos, Telma de Souza. Pedagoga pós-graduada em Psicologia da Educação pela PUC de São Paulo, ela administra a cidade consultando um conselho formado pela coligação vitoriosa nas eleições do ano passado (PT-PCdoB-PSB-PV).

**Classe — Para iniciar você poderia fazer um balanço do seu governo, que está completando quatro meses por esses dias.**

**Telma —** O grande saldo foi a implantação da democracia. Efetivamente este é um governo mais democrático e tem tomado medidas realmente populares. Entre elas cabe destacar a política salarial que, desde março, corrige mensalmente os salários pelo índice do Dieese, o que é inusitado, responde a uma justa reivindicação do funcionalismo e foi uma iniciativa adotada depois de uma correção dos rendimentos em janeiro pela URP, que ainda existia, e um reajuste de 173,27% em fevereiro. Além disto, criamos um fundo para o pagamento do 13º salário de maneira que a Prefeitura não precisa fazer empréstimos para este fim. Outra medida importante foi o início da construção do Hospital de Bertiooga, a reformulação do atendimento no setor de saúde, (que era feito de uma maneira bastante precária) com base num serviço policlínico, e o combate à AIDS, através de um projeto ambicioso, que traz um “Disque AIDS” e permite à população uma informação detalhada a respeito da doença, informação que é dada sigilosamente ao interessado para não comprometer-lo ou constrangi-lo. Nesta área de saúde, ainda relacionada principalmente com a AIDS, determinamos a construção de um posto de saúde na área do meretrício; a distribuição gratuita de preservativos e um programa de saúde mental para os dependentes de drogas injetáveis.

Outra parte que merece destaque é a intervenção numa empresa privada que era responsável pelo transporte municipal, juntamente com a Prefeitura. Nós tomamos a decisão de intervir e com isto na verdade iniciamos a municipalização do transporte em Santos. Agora nós temos um transporte público. Ao lado disto nós estamos garantindo uma tarifa social que no momento está em 14 centavos de cruzados novos. É uma das tarifas mais baixas do Brasil, sendo que Santos tinha a tarifa mais alta do Brasil. Agora estamos discutindo a questão do subsídio ao transporte para manter não nos NCz\$0,14, já que isto é impossível devido à política econômica do governo e à inflação, mas queremos uma tarifa social sustentada à base de subsídios num valor que pretendemos ainda determinar.

**Classe — Como foi a reação dos empresários do transporte a esta política?**

**Telma —** O empresário reagiu evi-

dentemente contra, tomou medidas judiciais fortes que, num primeiro momento, resultaram no impedimento da entrada dos interventores na empresa, que tem sua sede na cidade de São Vicente. Mas nós fomos extremamente ágeis na nossa caminhada e o processo acabou ficando irreversível. Decretamos a empresa de utilidade pública, depois depositamos o valor venal do preço da garagem e dos ônibus, e reavemos 20 ônibus que foram deslocados para São Vicente num dos momentos em que a intervenção escapou das nossas mãos. O episódio inicial da intervenção foi cheio de lances dramáticos.

**Classe — Era a única empresa privada?**

**Telma —** Era a única. Tinha ela e uma outra que era municipal. Por isto quando esta intervenção ocorreu o processo de municipalização começou a ser colocado. Então você municipaliza de várias maneiras, você pode alugar os ônibus de empresas particulares, reformular as linhas e pode tomar conta através de desapropriação — depois de avaliada a indenização por uma comissão liquida. E nós demos todos esses passos em menos de 15 dias.

**Classe — O preço atual cobre os custos ou já embute um subsídio?**



**Telma —** Ele aponta para a questão do subsídio e nós já estamos colocando para a população esta questão. Nós entendemos que a tarifa social não significa 14 centavos mas aquilo que os 14 centavos estão valendo hoje — precisaremos evidentemente de reajustá-la mais adiante, mantendo contudo o mesmo valor real — nós entendemos que se fizermos isto até o final do ano será a política mais correta. Claro que pretendemos avançar mais nos próximos anos, para outros níveis e talvez quem sabe, é hoje um sonho, até tarifa zero.

**Classe — Você criou aqui também um conselho consultivo, uma espécie de conselho político da Prefeitura, formado com representantes das forças que apoiaram sua eleição. Eu queria que você fizesse um relato dessa experiência e do seu significado político.**

**Telma —** Acho que do ponto de vista político esta é a nossa mais importante iniciativa. Nós estamos num governo

de coligação e os partidos que compõem esta coligação — o PT, o PCdoB, o PV e o PSB — têm sabido, às vezes até com alguma dificuldade, caminhar de comum acordo no que existe de essencial. Sofremos alguns problemas no início, sem dúvidas, até construir o próprio conselho e iniciar uma nova dinâmica. Eu particularmente trabalho com dois conselhos, um que é do meu próprio partido e o outro que representa a coligação e que evidentemente tem maior peso, é o conselho deste governo e contempla o arco de forças que foi vitorioso nas eleições do ano passado. Este conselho se reúne uma vez por semana e nós discutimos várias questões, principalmente questões políticas de encaminhamento da administração e também as questões administrativas, as medidas adotadas e a serem adotadas, onde a administração está tendo problemas — onde está se deslocando do movimento popular — e como a gente faz para resolvê-los e caminhar juntos.

Eu acho muito importante o conselho porque em nível da direção mais ampla, reunindo presidentes dos diretórios dos partidos, é o embrião dos conselhos populares. Nós já conseguimos iniciar uma democratização mais ampla, reunimo-nos com algumas centenas de pessoas para determinadas decisões, mesmo algumas técnicas, leitura de planilha, decisões de luta e assim por diante. O que nós fazemos com a população fazemos de uma forma mais reservada com as direções partidárias através da UDP — Unidade Democrática e Popular. Então, espero que seja uma medida aceita pelas demais administrações populares do país como desejável e o caminho para que se faça verdadeiramente um governo popular e democrático.

**Classe — Quais os principais problemas que a administração de Santos vem enfrentando?**

**Telma —** Existem dificuldades administrativas da própria máquina, que é uma máquina viciada em seu comportamento, não obedece ainda inteiramente às nossas propostas políticas, ainda carece de algumas reformas internas, existem lugares que ainda são feudos de posições políticas anteriores. Nas secretarias mais populosas, como é o caso da de Obras, e nas empresas de economia mista, nós temos problemas internos da burocracia que precisamos rapidamente resolver. Isto do ponto de vista interno.

Por outro lado, na cidade, de uma maneira mais ampla, nós temos um enfrentamento com todo um arco de forças conservadoras e de direita que passa pelos tradicionais poderes locais. Então nós temos dificuldade na imprensa local e embora esta tenha diminuído seu poder de fogo certamente nos vê como adversários políticos, como representante de outros setores sociais, de outras camadas, de outros segmentos da sociedade. O nosso comprometimento é de fato com outros setores da população e isto engendra oposições. Também temos dificuldade com

nossas próprias forças, que ainda são insatisfatórias. Contamos com a organização popular, mas está em nível insatisfatório. Mesmo não sendo uma organização suficiente, é com ela que enfrentamos a reação conservadora.

Temos ainda problemas com o orçamento, que já encontramos montado, sendo que um terço dele já está comprometido com pagamentos anteriores. As principais medidas que já tomamos estão relacionadas diretamente com nossas dificuldades, na questão do transporte, na questão da saúde, das empreiteiras e outras

**Classe — E quais são os limites da administração, até onde é possível ir, o que é possível fazer uma administração popular no município?**

**Telma —** Nós aqui ganhamos um governo acima da organização de qualquer um dos partidos políticos da coligação e mesmo acima do conjunto das forças que compõem a coligação. Em termos de organização nós temos, em primeiro lugar, o PT, que está relativamente mais enraizado no movimento popular, depois vem o PCdoB, depois o PSB seguido do PV. Em termos organizativos é esta a ordem. Mas esses partidos não acumularam força popular organizada suficiente para fazer frente às necessidades, embora obtivessem a vitória eleitoral. Nós ainda não temos o respaldo necessário nos sindicatos. Agora começa a haver uma movimentação maior no sentido desta organização, na questão da habitação, na questão das mulheres, especialmente através da União Popular de Mulheres que está fazendo um trabalho excelente. Nos sindicatos ainda somos bem frágeis, temos um ou outro simpático à nossa proposta. Eu quero deixar bem claro que não pretendemos, em absoluto, instrumentalizar sindicatos ou organizações populares, isto é absolutamente incorreto. Nossa proposta é de que sejam independentes, mas é importante que sejam entidades dirigidas por forças políticas avançadas para evitar problemas como, por exemplo, o que ocorreu na greve geral de 14 e 15 de março, quando poucos aderiram. Embora sofrendo as conseqüências do Plano Verão muitos não aderiram ao movimento.

Existem, ainda, limites de ordem administrativa. A administração municipal depende de verbas federais e estaduais, nós sabemos que as Cohabs foram desativadas pelo governo Quêrcia, que passou para a Fiesp o encaminhamento de linhas de crédito, a mesma coisa faz o governo Sarney e nós temos no problema habitacional uma questão candente e pouco podemos fazer em nível municipal. Assim, temos muitos limites em relação às necessidades populares, nosso campo de ação é, neste sentido, muito limitado, além de sofrermos com a pequena organização, acompanhando. De qualquer maneira, eu acredito que nós temos um saldo muito positivo, conseguimos avançar rapidamente neste ano.

**Classe — Está sendo possível à Prefeitura auxiliar na organização popular?**

**Telma** — Nossa assessoria tem uma boa relação com o movimento popular, sem manipulá-lo. É preciso ter um bom relacionamento da Prefeitura com o movimento popular, mas com esta preocupação, ou seja, respeitando sua independência. A Prefeitura tem que estar aberta para receber as reivindicações do povo, tem que ter canais para isto e para responder a isto. O governo passa, os partidos ficam e as organizações populares também ficam. Isto nunca pode ser esquecido pelos administradores que aqui estão. É preciso construir um pólo de força para as classes trabalhadoras que seja irreversível. De maneira que, passados esses quatro anos, o processo de organização dos trabalhadores fique.



**Classe — E a herança que a atual administração encontrou?**

**Telma** — Além do orçamento com um terço já comprometido e com prioridades estabelecidas que não são as nossas — transporte por exemplo, está no último item do orçamento, dispõe de uma verba ridícula — há toda uma estrutura viciada da máquina municipal, de clientelismo e encontramos principalmente uma Prefeitura desmotivada, um funcionalismo desinteressado, não existia um Plano de Cargos e Salários.

Deparamos também com a corrupção, nas obras da praia, por exemplo, nós encontramos irregularidades, os preços combinados estavam quase

duas vezes superiores ao preço de mercado e ainda muito mais altos do que o valor da licitação — o valor de licitação era de Cz\$ 524.137.425, o valor real de mercado de Cz\$ 719.964.051 e o valor total cobrado pelas empreiteiras chegou a Cz\$ 1.205.468.472. A fraude é evidente e nós determinamos que não pagaremos as empreiteiras o que exceder o valor das obras — o pagamento está sustado.

**Classe — E a intervenção no manicomio?**

**Telma** — Nós detectamos uma situação muito complexa na saúde. Na Casa de Saúde Anchieta a situação era realmente absurda, tinha uma superpopulação, há lugar para 250 pacientes e eles colocam lá até 600, existem 12 salas fortes onde os pacientes são colocados sem roupa, sem comida, sem nada, sem dinheiro, e alguns ficavam lá até 40 dias, faz-se uso indiscriminado de choques elétricos, há ausência total de infra-estrutura para atendimento — sem atendentes de enfermagem, sem enfermeiras, sem lençol, sem toalha, sem colchão — não tinha farmácia — quando a lei determina que para 50 pacientes é preciso farmácia. Em janeiro morreu um paciente, alcoólatra, espancado por outros pacientes, no final de fevereiro morreu um rapaz de 22 anos, estudante de agronomia, suicidou-se; e em março um ajudante de pedreiro, de 22 anos também, se enforcou. Então a Prefeitura entendeu que não podia ficar esperando a ação de poderes de outras esferas e com total apoio da população, (inclusive do principal jornal local que, como já disse é nosso adversário político), e procedeu à intervenção, que, entretanto, foi sustada pelo Poder Judiciário e nós no momento estamos

na luta pelo direito de intervenção. Trata-se, no caso deste hospital, de uma propriedade privada mantida basicamente com recursos públicos, do Inamps. De maneira que estamos interferindo e encontrando pela frente o direito à propriedade privada, o instituto primeiro da sociedade capitalista. A reação é grande e forte.

**Classe — Como você vê esta radicalização da luta social no país e a reação da direita, do Sarney e dos militares?**

**Telma** — Eu acho que a reação do governo, dos militares e da direita de uma forma geral às greves é extremamente provocativa. A nova Constituição estabeleceu o direito de greve, de uma maneira democrática. Vemos agora uma provocação de um governo ilegítimo, que é o do Sarney, que baixa a Medida Provisória nº 50, uma iniciativa escandalosa, de provocação às classes trabalhadoras, estabelecendo limites e tentando dizer inclusive que tipo de greve pode ou não ser feito, o que deve ser decidido pelos trabalhadores. O próprio Mário Amato, presidente da Fiesp, se coloca contra a medida. O governo tenta impedir as greves mas não dá uma alternativa viável, correta, de política salarial, descongela preços, aumenta combustíveis e quer os salários congelados lá embaixo. O que é isto senão provocação? Há indícios muito fortes de que o governo constrói um cenário, para haver este acirramento. Os episódios de São Bernardo, na Autolatina indicam que existe um interesse neste acirramento e as forças democráticas, populares, progressistas e as esquerdas têm que estar extremamente atentas para que esta provocação não seja fator de desunião. Eu acredito que isto representa o desespero diante da união em torno de um candidato à Presidência da República. A direita reage a esta movimentação das esquerdas. É importante que isto seja explicado ao povo e que este não seja enganado por falsas propagandas, como a que o governo faz na televisão, colocando trabalhadores contra o direito de greve. É preciso que o povo veja que isto é uma estratégia das forças conservadoras para impedir o avanço dos trabalhadores e das forças populares. É preciso saber reagir com sabedoria a isto, sob pena de perdermos espaços que já conquistamos.

**Classe — A que você atribui as greves?**

**Telma** — Basicamente à ausência de uma política salarial correta e eu acredito que existe até um interesse da parte do governo nisto, ele tem interesse na provocação e nós temos que estar atentos a isto e perceber qual deve ser nosso comportamento para que não entremos no jogo da direita.

**Classe — Qual a intenção da direita ao provocar, o que está por trás da provocação?**

**Telma** — Em primeiro lugar eles querem imputar às classes trabalhadoras uma situação que elas não criaram, que ao contrário foi criada por eles próprios. Eles também têm dificuldades com candidatos, ainda não encontraram um candidato que seja o representante de seus interesses e eles procuram conturbar o quadro político em função dessas dificuldades e para evitar o avanço das esquerdas. Não é que eles tentam criar um clima de golpe, pois a própria burguesia está dividida nesta situação. Mas de qualquer

maneira a direita joga pesado, numa tentativa de tumultuar o processo eleitoral e principalmente fazer do Lula uma figura inconseqüente, atribuindo a ele uma situação que ele nem fez. No momento de maior radicalização da luta, inclusive, ele nem estava no Brasil.

**Classe — Em relação à sucessão presidencial, como está a campanha da Frente Brasil Popular e quais são as possibilidades do Lula?**

**Telma** — As possibilidades são imensas, dependem para se realizar da nossa competência, da nossa habilidade — e por isto é preciso estar atento para a evolução do quadro político nacional — e tudo isto está diretamente ligado à militância dos partidos progressistas. Sem nenhuma vaidade, mas apenas para que esta constatação ajude em nosso processo, o que ocorreu em Santos foi a vitória de partidos economicamente fracos, os partidos da UDP tiveram muitas dificuldades financeiras mas acabaram vencendo o poderio econômico. A mesma coisa se põe em termos nacionais, porque quem não tem a possibilidade de enfrentar os custos da mídia — televisão, out-door e coisa deste tipo — tem que ter uma militância muito aguda, muito esclarecida e muito atuante e aí a questão da frente é absolutamente importante, seja para que haja uma costura mais ampla das forças populares e de esquerda, seja para que a militância traga a questão da campanha, da proposta de governo para a discussão mais ampla da população, o que é a nossa forma de fazer campanha. Então, é preciso definir o que é essencial, deixar o acessório para discutir posteriormente, fortalecer o quadro de alianças e com isto ampliar as possibilidades de vitória.



**Classe — E o vice do Lula?**

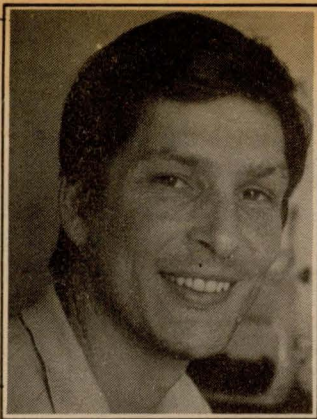
**Telma** — Esta questão do vice é difícil, deve ser muito discutida, existe uma posição interna do PT de que o vice tem de sair de fora do partido, o processo de discussão vai ter que ter um final rápido. Eu, pessoalmente, acho que o vice tem de ser de fora do partido, de forma a ampliar nossas forças. Acho que temos muitos problemas a enfrentar e temos que ir com muita habilidade porque qualquer passo em falso pode alimentar apetites particulares e dificultar a união de nossas forças e a construção da frente.

**Classe — E a crise no país, qual a saída para ela?**

**Telma** — É uma crise extraordinária, que envolve a questão da dívida externa, o arrocho salarial e tem muitos outros componentes. Mas temos um momento absolutamente precioso na vida do país para avançar com propostas progressistas. Esta crise não está sendo colocada nem avaliada com clareza por outros candidatos — inclusive o do PDT, o Brizola, não tem uma proposta clara para sair dela. Eu acredito que só há saída para a crise, uma saída correta, à medida que nós tenhamos uma capacidade de, na campanha, colocar nossa proposta nas ruas, para fazer com que cresça a consciência da população, fazer com que a politização do povo aumente de qualidade e que finalmente o gênio dirigente das eleições para consolidar os avanços e permitir que as classes trabalhadoras fiquem cada vez mais próximas da vitória final.



DM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois



## Por que os de baixo estão radicalizados?

Bernardo Jofily\*

O tema "radicalização das greves" está em moda nos meios governamentais e empresariais, desde Sarney, com seu discurso contra o "grevismo selvagem", até o mais reles patrãozinho afetado por alguma paralisação. E de fato, a radicalização é visível. Porém qualquer análise séria da questão precisa penetrar nas características essenciais, que determinam seu conteúdo e seu sentido.

Os maiores radicais

Primeiro: o fenômeno é consequência direta e inevitável de um radicalíssimo achatamento salarial, como nunca se viu na história do capitalismo brasileiro. E reflete também o encarniçamento dos meios repressivos usados contra os trabalhadores, desde o massacre na CSN, passando pela bomba de Volta Redonda, os pronunciamentos dos generais Leônidas e Newton Cruz, a "Medida n.º 50", até o recente tiroteio na Arteb, em São Bernardo do Campo. Mais uma vez, são as classes exploradoras que dão o primeiro tiro — na guerra civil, mais ou menos subterrânea, que marca toda sociedade dilacerada por antagonismos de classe.

Uma força da natureza

Segundo: a radicalização vem de baixo, é um fenômeno de massas, que brota dos holerites defasados, das panelas vazias, com o ímpeto de uma força da natureza. Basta citar a surpreendente assembléia dos metalúrgicos de São Bernardo em 2 de maio (ver edição anterior), que decidiu continuar em greve apesar da decisão contrária da liderança sindical.

Não poderia haver melhor desmentido que este para a teoria, tão cara à reação, sobre o papel das "minorias radicais" nas greves.

Falta politização

Tercêiro: se há radicalização, ela se dá, até agora, num plano estritamente

econômico, salarial. As greves mostram uma combatividade generalizada, indignada e em ascenso. Mas não conseguiram, ainda, elevar-se até o patamar da luta política, que é a expressão concentrada da luta econômica e decide, em última análise, a própria questão salarial.

Tomemos mais um exemplo de São Bernardo: dia 13 de maio, o lançamento nacional da Frente Brasil Popular e da candidatura Lula reuniu ali uma avantajada multidão de 30 mil pessoas; mas, nos dias anteriores, pelo menos três assembléias salariais de metalúrgicos haviam tido presença visivelmente maior; e, no dia seguinte, o aniversário do Sindicato dos Metalúrgicos também teve mais gente...

O grande desafio

Esta limitação aparece para o movimento operário como o grande desafio da atualidade — mais ainda num ano de eleição presidencial, em condições especialíssimas, no qual um operário metalúrgico vindo das lutas sindicais concorre como candidato de uma frente de esquerda.

Das duas, uma: ou o movimento sucumbe diante da miopia economicista, e termina se frustrando, inclusive no plano salarial e sindical; ou avança para um patamar novo, construindo a ponte entre o econômico e o político. Construir esta ponte não é tarefa que se resolve com meras resoluções, ou mesmo com boa vontade. Requer ousadia, sensibilidade, senso de medida e sobretudo muito trabalho duro, incansável, de convencimento e organização. Os próximos meses dirão em que dimensão e ritmo se efetua esta obra, que pode significar um salto de qualidade na luta dos trabalhadores brasileiros.

\*jornalista, correspondente da Classe em São Bernardo do Campo

# Lição de coragem no ABC

Arquivo

Após 22 dias de greve, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema retornaram ao trabalho, quarta-feira, 10 de maio, por decisão de assembléias realizadas na porta das grandes fábricas automobilísticas. A proposta aceita foi basicamente a apresentada e rejeitada na assembléia do dia 2 de maio (45% de reajuste), com pequenas conquistas adicionais em algumas empresas. Na assembléia da Volkswagen pela manhã, a decisão ainda foi de continuarem parados, mas à tarde prevaleceu, tal como nas outras montadoras, a opção de pôr fim ao movimento.

O fim da greve representou de certa forma o reconhecimento, por parte da base, de que a diretoria do sindicato tinha razão ao defender a aceitação da proposta patronal já no dia 2. Porém esta fase final da paralisação incluiu um episódio, dia 5, que entrou na história do nosso movimento operário: o enfrentamento na porta da Arteb.

O piquetão

O dia começou com uma assembléia de 30 mil metalúrgicos, no Paço Municipal de São Bernardo, que decidiu manter a greve. Terminada a assembléia, a maior parte dos operários seguiu em passeata pela Avenida Piraporinha, num colossal piquetão, com o objetivo de retomar a greve em algumas empresas médias que haviam voltado ao trabalho. O grosso da multidão era formado pelo pessoal das montadoras, a parcela mais numerosa e mais avançada da categoria, onde a greve se mantinha sem furos.

A passeata chegou a parar algumas indústrias pela força da pressão moral, e evoluiu pacificamente até chegar à porta da Arteb — uma metalúrgica de porte médio, já na fronteira São Bernardo-Diade-



A classe operária de São Bernardo não se intimidou

ma, propriedade do presidente do Sindipeças — o sindicato patronal das indústrias de autopeças.

Diante da Arteb estava um contingente de 40 policiais militares que, num gesto de provocação, recebeu os manifestantes com forte descarga de gás lacrimogêneo. Não se sabe que forças ocultas moveram o capitão que comandou a tocaia. Aparentemente, seu objetivo era encurralar a passeata no "corredor da Toyota", um beco sem saída que ficava logo ao lado, para provocar pânico. Mas o capitão subestimou a fibra dos metalúrgicos.

Ninguém fugiu da raia

Em vez de se dispersarem, os operários enfrentaram a polícia. Um grupo logo subiu para um barranco próximo e começou a atirar pedras para municiar seus companheiros, que as atiravam contra os policiais. Veio então a ordem para a PM atirar, e reforços policiais foram chegando, já disparando suas armas e jogando suas viaturas contra a multidão.

As razões do uso de armas de fogo também continuam envoltas num véu de mistério. Segundo o secretário da "Segurança" do governo Quêrcia, teria havido tiros dos dois lados — uma desculpa que não se sustenta, pois nenhum poli-

cial foi baleado. Vários baixaram ao hospital, mas foi devido a certezas pedradas.

Mesmo diante das balas, os manifestantes não arredaram pé. O enfrentamento continuou, com um lado favorecido pelo número e outro pelo armamento, até que a liderança do sindicato conseguiu negociar um cessar-fogo. Nesse meio-tempo, a Arteb havia suspenso o trabalho. A passeata, intrépida e invicta, rumou para o seu sindicato.

Lição de coragem

A primeira coisa que chama atenção no sangrento episódio (cinco metalúrgicos foram hospitalizados) é a violência gratuita e provocativa da força policial. Mas esta não é propriamente uma novidade. Não foi a primeira nem a décima-primeira vez que a PM atirou em manifestantes desarmados.

O fato realmente novo, inédito até, foi a resposta da multidão: não fugiu, nem sequer dispersou-se para fustigar a polícia a partir de pequenos grupos, como acontecia, por exemplo, em certos confrontos de rua em 1968. Enfrentou as balas de peito aberto, por assim dizer, como que advertindo a todos que o proletariado, ainda mais no Brasil de hoje, nada tem a perder a não ser seus grilhões. E tem o mundo a ganhar. (BJ)

## Greve no Estaleiro Caneco

Os salários de fome e a falta de segurança no trabalho levaram os metalúrgicos do Estaleiro Caneco à greve, iniciada em 25 de abril. Eles reivindicam 61,5% de reposição, melhores condições de trabalho e de alimentação, reconhecimento da comissão de fábrica etc. Calcula-se que 60% dos 3.500 metalúrgicos cruzaram os braços.

A empresa reagiu buscando intimidar os trabalhadores. Publicou edital nos jornais convocando marceneiros, soldadores, pintores e demais profissionais para vagas que seriam abertas com as demissões de grevistas. Mesmo assim o movimento prosseguiu. Segundo Luiz Chaves, diretor

sindical, "só os serventes estão trabalhando. A produção está totalmente parada".

Chamada três vezes a negociar na Delegacia do Trabalho, a direção do Sinaval simplesmente não compareceu. Diz que só aceita negociar através da Federação das Indústrias e com os operários trabalhando. Os pagamentos não foram efetuados no dia 10, em desafio à lei. O Sindicato acionou seu Departamento Jurídico para cobrar a multa de 10% sobre os vencimentos dos operários, devido ao atraso.

O grande aparato policial chamado pela empresa mostrou-se inútil e a disposição de luta dos metalúrgicos é tão grande que não estão sendo

necessários piquetes.

O movimento grevista na área naval atingiu também os estaleiros Mauá e MacLaren, em Niterói. No total são cerca de 10 mil trabalhadores. Representam 60% das indústrias navais do Grande Rio. O impasse nas negociações também ocorre em Niterói.

O reajuste solicitado é de 70,28% na data-base, 1º de maio, e mais uma pauta de 60 itens, incluindo a redução da jornada para 40 horas semanais. A frase de um dos grevistas traduz bem o sentimento dos metalúrgicos: "Ou a gente luta até a morte ou a gente vai endoiar de vez e, o que é pior — de barriga vazia." (Sônia Regina Gomes)

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

# Uma paralisação vitoriosa

Altamiro Borges\*

A greve dos trabalhadores da Sabesp e da Cetesb, encerrada em clima de vitória no último dia 15, mexeu com São Paulo. Durante os sete dias de sua duração, o movimento foi destaque na imprensa e motivo de várias reuniões governamentais. Segundo informações seguras, partiu do próprio Quércio a ordem expressa de demitir grevistas para acabar com a greve. O Tribunal Regional do Trabalho (TRT) também foi implacável na decretação da ilegalidade do movimento.

A razão do forte impacto da greve não reside na quantidade de trabalhadores da categoria — que é composta por 20 mil funcionários na Sabesp e cerca de 2 mil na Cetesb. Ela está expressa na grande importância do setor, que é responsável pelo tratamento e abastecimento de água e pelos serviços de esgoto na maioria do Estado. A categoria, no caso os funcionários da Cetesb, também controla a poluição em São Paulo.

## Vitória econômica

Apesar da relevância do setor, as empresas e o governo do Estado trataram com desprezo as reivindicações da categoria. A primeira rodada de negociações só ocorreu no final de abril, sendo que a pauta de reivindicações foi encaminhada às empresas em 13 de março. No início os patrões queriam aplicar apenas o reajuste previsto no Plano Verão, de 1,1%. Posteriormente, com o crescimento da mobilização na base, ofereceram 9,9% de reajuste e afirmaram que estavam encerradas as negociações.

A eclosão da greve, que desde o começo contou com a adesão de 95% dos trabalhadores da base, fez com que as empresas e o governo recuassem, deixando de lado a arrogância inicial. A proposta de reajuste saltou para 41%, sendo 26% de antecipação. As as-



O presidente do sindicato, Nivaldo Santana, fala aos grevistas promovido durante o movimento

sembléias massivas de grevistas rejeitaram a proposta e a categoria manteve a greve com o mesmo índice de adesão. Por fim, o TRT concedeu 40% de reajuste, mais 7% de produtividade — o que totaliza 49,08% de aumento. Também ficou acertado que o vale-refeição pula de NCz\$ 2,00 para NCz\$ 6,00 e que o auxílio-creche será de NCz\$ 70,00.

Para quebrar a unidade e a disposição de luta dos grevistas, os patrões apelaram para vários métodos truculentos. O mais duro foi a demissão de 300 funcionários da Sabesp e 15 da Cetesb. A medida não intimidou os trabalhadores, que mantiveram a greve. Nova lista de demitidos foi anunciada, desta vez contendo os nomes de 345 funcionários, na maioria lideranças da greve — inclusive os delegados sindicais da categoria.

Os patrões também contaram com o auxílio do TRT, que mais uma vez deixou claro seu papel de justiça patronal. Por cinco votos a quatro, a greve foi considerada ilegal. Os “juízes” não se deram nem

ao trabalho de analisar os procedimentos adotados antes da eclosão da greve. Apesar do Sindicato dos Trabalhadores da Sabesp e da Cetesb condenar a medida provisória nº 50, a greve conseguiu cumprir todas as absurdas exigências do decreto governamental. Mais de 1/3 dos sindicalizados participaram e assinaram a lista de presença na assembléia que decretou a paralisação; a população e as empresas foram comunicadas com antecedência sobre a deflagração do movimento; e o sindicato manteve plantões de emergência para realizar os serviços essenciais de tratamento e abastecimento de água.

## Avanço na luta

Diante das conquistas econômicas, do avanço da organização da categoria e do perigo da ilegalidade, a assembléia na noite do dia 15, com mais de 5 mil trabalhadores, aprovou o retorno ao trabalho e a continuidade da luta contra as demissões. A disposição de manter a greve fez com que as empresas anulassem a segunda

lista de demissões e se comprometessem a reavaliar as dispensas efetuadas.

A assembléia terminou em clima de euforia. A categoria demonstrou capacidade de luta, na mais longa e bem organizada greve de sua história. Os próprios patrões confessaram a surpresa diante da grande adesão ao movimento e de sua forte organização. O Sindicato dos Trabalhadores da Sabesp/Cetesb, presidido por Nivaldo Santana, que também é do secretariado nacional da Corrente Sindical Classista, saiu fortalecido da batalha. Já no dia 16, inúmeros trabalhadores se associaram à entidade.

## Forte organização

Vários fatores explicam o êxito da greve. O determinante é a própria situação de penúria dos trabalhadores. Só de maio do ano passado até hoje, a categoria perdeu cerca de 60% do seu poder aquisitivo. A ausência de investimentos públicos no setor também piorou as condições de trabalho. Nos úl-

timos seis meses, quatro trabalhadores morreram por absoluta falta de equipamentos de segurança.

Essas razões objetivas empurraram a categoria para a luta. Mas foi fundamental a ação do sindicato para canalizar essa revolta. Desde janeiro a entidade começou a preparar a campanha salarial. Na greve geral de 14 e 15 de março, o sindicato promoveu intenso debate na base, o que ajudou a intensificar o ritmo da campanha de maio. Como forma de ampliar o número de ativistas engajados na batalha, em todas as áreas das empresas foram eleitos os integrantes da comissão de mobilização — que reuniu cerca de 200 trabalhadores.

O Sindicato investiu pesado na agitação da greve. Camisetas, adesivos, cartazes, boletins diários e anúncios na imprensa ajudaram a preparar o clima para a paralisação. A greve também se deu de forma ativa, não sendo encarada como um feriado. Os trabalhadores foram convocados a participar dos piquetes, que contaram com centenas de grevistas. Os plantões de emergência para os serviços essenciais foram organizados pelas próprias comissões de mobilização, evitando-se a intromissão das empresas. As assembléias foram diárias, sempre com mais de 5 mil presentes. Também se procurou o apoio da população e o desgaste da política do governo, com passeatas e atos públicos no centro da capital.

Segundo Nivaldo Santana, agora é o momento de tirar as lições da greve. “Entramos na greve na hora certa e saímos dela também no momento correto, sem prejudicar nossa organização. A categoria avançou no seu nível de consciência, aumentou sua politização nos debates e piquetes diários. Evidente que existem debilidades, mas o saldo é extremamente positivo.”

\*jornalista, presidente do Centro de Estudos Sindicais (CES)

## Quércio atíça a polícia contra os professores

Os professores da rede estadual de ensino de São Paulo querem um piso salarial de NCz\$ 470,00 por 20 horas de trabalho. Em greve desde o dia 19 de abril, marcaram uma assembléia em frente ao Palácio Bandeirantes, sede do governo. A resposta do governador Orestes Quércio foi mandar 1.134 policiais, um regimento de cavalaria, 15 cães policiais, três helicópteros e dois carros blindados

(para jogar água pressurizada nos professores). “Manifestação no Palácio Bandeirantes, de jeito nenhum”, afirmou Quércio.

O aparato de guerra foi mobilizado pelo governador para enfrentar os 30 mil professores que foram mais uma vez cobrar salários decentes. Quércio oferece um salário de NCz\$ 400,00 por 40 horas. É menos que a metade da reivindicação da categoria. A situa-

ção é insustentável.

“Os professores estão deixando a profissão devido à falta de perspectiva profissional, baixos salários, escolas abandonadas e sem segurança, funcionando sem mínimas condições de higiene e infra-estrutura”, afirma a Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, a Apeoesp. Para a entidade, a situação ficou ainda mais grave neste ano, pois “em muitas

escolas ainda faltam professores de diversas disciplinas”.

A falta de aulas — a greve já ultrapassou um mês — afeta o cumprimento do progresso escolar e prejudica enormemente os alunos. São 5 milhões e 500 mil estudantes sem aulas nas 6 mil escolas estragadas. Apeoesp estima que 85% dos 200 mil professores aderiram à paralisação.

A Secretaria da Educação não contesta essa avaliação.

Mesmo assim o governo insiste em não negociar com os professores, enquanto multiplica as verbas destinadas à propaganda das “obras” do governador (propaganda, de resto, ilegal, levando-se em conta a atual Constituição).

A greve continua, e nova manifestação foi convocada para o dia 23, na Avenida Paulista, seguida de passeata até a Assembléia Legislativa.





# Receita burguesa de Aganbeguian

O principal teórico das reformas econômicas de Gorbachev visita o Brasil e mostra como a União Soviética está trair o socialismo

Moacyr de Oliveira Filho\*

Quem assistiu a uma das diversas palestras e conferências proferidas na semana passada, em Brasília, pelo economista soviético Abel Aganbeguian, apresentado como um dos pais da perestroika e o principal assessor econômico de Mikail Gorbachev, não teve nenhuma dúvida sobre as conseqüências das reformas econômicas promovidas pelos atuais dirigentes soviéticos: o retorno ao capitalismo.

Essa foi a conclusão a que chegou a maioria dos presentes à palestra do economista soviético na Comissão de Economia e Finanças da Câmara dos Deputados, na quinta-feira da semana passada, quando expôs de forma aberta e descarada, sem subterfúgios, os objetivos principais da perestroika econômica de Gorbachev. Ladeado pelos deputados Ricardo Fiúza (PFL-PE) e Francisco Dornelles (PFL-RJ), o aprendiz de feiticeiro capitalista soviético mostrou, durante mais de duas horas, a receita dos revisionistas de hoje para reinstaurar o capitalismo na antiga pátria de Lênin e da revolução socialista, para deleite de uma platéia formada, em sua grande maioria, por deputados conservadores, como Ângelo Magalhães, Luiz Eduardo Magalhães, Paes Landim, Gilson Machado, Maluly Neto, entre outros, e por técnicos graduados do Banco Central do Brasil. O presidente da Comissão, o ultra-reacionário Ricardo Fiúza, chegou a pedir: "O Brasil precisa urgentemente de uma perestroika".

## Para resolver a crise medidas burguesas, não o socialismo

Segundo o economista soviético, a perestroika surgiu para combater alguns problemas graves da economia soviética que se aprofundaram no final dos anos 70 e início dos anos 80, como a estagnação econômica, o baixo nível de vida da população, o declínio do interesse pelo trabalho e o surgimento da corrupção e da especulação. Ao invés de utilizar o socialismo para enfrentar esses problemas, os revisionistas soviéticos optaram pela restauração do capitalismo. "O modelo econômico centralizado existente em nosso país entrou em contradição com a evolução do desenvolvimento econômico. O comando cen-

tral da economia funcionava quando o nosso sistema econômico era simples. Com o desenvolvimento tecnológico, ele se transformou num obstáculo para o desenvolvimento econômico e social do país. A perestroika surgiu para resolver essa situação, passando de uma economia de comando central para uma economia democrática, com ampla utilização do mercado e o aumento de estímulos", afirmou Aganbeguian. Por aumento de estímulos entenda-se a introdução de propriedades privadas e do lucro.

A receita capitalista da União Soviética começou com a questão agrária. Abel Aganbeguian afirmou que, com o objetivo de conseguir um aumento de 5% ao ano na produção agrícola, os soviéticos decidiram abandonar as propriedades coletivas e estatais, criando propriedades e empresas agrícolas familiares, através do arrendamento de terras por 50 ou 60 anos. Como se isso não bastasse, essas terras arrendadas podem ser transmitidas por herança. Além disso, as novas empresas agrícolas, segundo Aganbeguian, "têm total liberdade de utilizar sua produção e sua receita, sem obrigação de seguir as diretrizes centrais para a produção".

## Cem mil empresas familiares, em apenas dois anos

No setor industrial, o capitalismo também ressurgiu com força. O objetivo, segundo Aganbeguian, é aumentar a produção de artigos de consumo, em detrimento da produção da indústria pesada. Para que os soviéticos possam desfrutar da opulência consumista do capitalismo, os ideólogos da perestroika planejaram o que, eufemisticamente, chamam de "pluralismo da propriedade". Nos últimos dois anos, segundo o economista soviético, foram criadas mais de 100 mil empresas familiares, além de se promover o arrendamento de empresas do governo. Ou seja, abre-se as portas para o aparecimento de empresas privadas e para a privatização de empresas estatais. Aliás, o senhor Aganbeguian não escondeu a fúria privatista que norteia o comportamento atual do governo soviético. Durante sua passagem por Brasília, ele deu uma entrevista ao programa Bom Dia Brasil da TV Globo e perguntado

sobre quais setores a União Soviética estaria disposta a privatizar, não teve papas na língua: "Todos, com exceção da indústria bélica", respondeu o czar da economia soviética.

## "Privatizaremos tudo, com exceção da indústria bélica"

Mas as transformações capitalistas da União Soviética promovidas por Gorbachev e seu bando de renegados não se restringem ao setor produtivo da economia, com a privatização de empresas estatais e o estímulo à criação de empresas privadas agrícolas e industriais. Elas contemplam, também, o setor financeiro. Afinal, um bom país capitalista que se preze precisa ter uma sólida especulação financeira. Para tanto, Aganbeguian anunciou eufórico a criação de um mercado de capitais e uma reforma bancária na União Soviética. "Antes da perestroika, tínhamos apenas 3 bancos. Agora, já foram criados 70 bancos comerciais, de investimentos e de poupança, além de um mercado para papéis com a emissão de ações das empresas", afirmou

## Nas "joint-ventures" liberdade total para o capital estrangeiro

Empresa privada, privatização, mercado financeiro. Ainda é pouco para a receita capitalista dos revisionistas soviéticos. Eles querem também patrocinar a internacionalização da sua economia e abrir as portas do país ao capital estrangeiro para apimentar um pouco mais a sua torta capitalista. Afinal, capitalismo sem internacionalização não tem graça. Abel Aganbeguian, como um sinistro mestre-cuca do capitalismo e do imperialismo, se apressa em dar a receita: "Estamos promovendo a passagem para uma economia aberta ao resto do mundo. Todas as empresas têm uma saída direta para o mercado mundial, podendo criar joint-ventures com empresas estrangeiras com total liberdade. Não é necessário obter autorização do poder central para a criação de joint-ventures. Basta apenas registrá-las no Ministério da Fazenda. Nos últimos dois anos, foram criadas 200 joint-ventures e, apenas nos últimos quatro meses, foram criadas mais 200. Além dessas 400 já existentes, estamos estudando a criação de outras 1.000".

Normalmente, a criação de joint-ventures segue determinadas regras com o objetivo de



Aganbeguian: pregando o retorno completo ao capitalismo, inclusive com repressão aos trabalhadores

proteger o capital nacional nesses empreendimentos com parceiros estrangeiros. Uma delas é a obrigatoriedade de que o capital nacional da nova empresa seja, no mínimo, de 51% do total. Para os capitalistas soviéticos, no entanto, esses cuidados são desnecessários. Abel Aganbeguian revelou, para êxtase dos deputados conservadores que o ouviam, que a União Soviética não impõe nenhuma condição restritiva à formação de joint-ventures: "O capital do parceiro estrangeiro pode ser majoritário sobre o capital soviético. O administrador da joint-venture pode ser estrangeiro, não precisa ser soviético. Os lucros podem ser remetidos para o exterior, cobrando-se apenas um imposto de 20% sobre o seu montante e, mesmo assim, em alguns casos especiais, admitem-se vantagens adicionais para diminuir essa taxa".

Mas ainda falta um tempero na maldita receita capitalista da União Soviética de Gorbachev. Abrir as portas do país ao capital estrangeiro é pouco. Eles querem mais. "Estamos indo em direção ao mercado cambial para adaptar o país às exigências do GATT com a introdução de tarifas alfandegárias e outras condições. Nossa intenção é entrar como membro do GATT, do FMI e do Banco Mundial. Queremos, também, criar zonas de livre comércio. Já estamos com os estudos bastante avançados para a criação de duas zonas. Uma na fronteira com a Finlândia, perto de Leningrado, e outra no Extremo Oriente,

perto de Vladivostok", anunciou Aganbeguian. Ricardo Fiúza e Dornelles estavam extasiados.

O prato está pronto. Antes de levá-lo à mesa, no entanto, falta um retoque final para torná-lo mais apetitoso. Questionado sobre a possibilidade de conflitos trabalhistas surgirem na União Soviética, graças aos mecanismos salariais típicos da economia de mercado, o mestre-cuca da perestroika não poderia ser mais claro: "Descentralizamos bastante os salários. De acordo com os resultados das empresas, os salários poderão ser maiores ou menores. As empresas têm bastante liberdade para decidir sobre os níveis salariais de seus funcionários. É claro que, com isso, poderão surgir contradições que vão até às greves. Do meu ponto de vista, nós precisamos elaborar uma lei de greve, criando certas regras que devem ser observadas. É, naturalmente, haverá uma certa vigilância para que as greves não levem a extremismos ou a situações perigosas e que tenham uma base legal, como deve ser num país civilizado", afirmou Aganbeguian.

Não se sabe, ainda, se durante a audiência que teve com o presidente José Sarney, no Palácio do Planalto, Abel Aganbeguian pediu uma cópia da Medida Provisória nº 50 para ser feita o subscrito aos teóricos da perestroika.

\* Correspondente da "Classe" em Brasília



NOSSA AMAZÔNIA AMEAÇADA — V

# Como massacraram nossos índios

Jaime Sautchuk\*

**Perseguidos e dizimados desde o Descobrimento, as nações indígenas enfrentam agora os preconceitos e a ação repressiva dos militares.**

Cada vez mais, a questão do índio no Brasil passa a ser tratada como um problema militar. E a maneira como os problemas dos povos indígenas vêm sendo resolvidos é a mais ortodoxa possível para os militares. Ou seja, na base do coturno, fuzil e cacetete. As atitudes que o governo federal tem tomado em relação ao assunto contrariam frontalmente as decisões da Assembléia Nacional Constituinte.

A grande paranóia dos militares é que os povos ao se afirmarem como nações, busquem a independência política e passem de um movimento de afirmação para uma luta separatista.

A preocupação maior dos militares é com os índios Ianomani, o maior grupo indígena brasileiro, com mais de vinte mil pessoas. 1.000, em territórios brasileiros. Mas os Ianomani têm uma característica que arrepiava os cabelos dos comandantes militares. Esse grupo indígena tem ramificações no Brasil (Norte do Amazonas e Roraima) e na Venezuela.

## Cinco milhões no tempo de Cabral, e apenas 300 mil hoje

A luta dos Ianomani pela preservação da sua cultura e principalmente de suas terras já ganhou notoriedade internacional. Tanto que o índio Davi Kopenawa ganhou da Organização das Nações Unidas (ONU) o prêmio Global 500 de 1988, o mesmo que havia sido concedido anteriormente ao líder seringueiro Chico Mendes.

Se formos remover a história do Brasil, veremos que os povos indígenas vêm sendo massacrados desde que a primeira missão portuguesa ancorou na costa brasileira. Calcula-se que, ao tempo da chegada de Cabral, a população indígena brasileira era de mais de cinco milhões de pessoas. Hoje, passados quase quinhentos anos, essa população caiu para menos de trezentas mil pessoas. Leve-se em conta que há ainda, em território brasileiro, grupos indígenas arredios, que não mantêm contato com as demais comunidades que habitam suas regiões.

Essa população indígena forma, entretanto, mais de duzentas nações diferentes, que falam perto de 180 línguas, de mais de vinte troncos diferen-

tes. Cerca de 80% dos índios brasileiros vivem na Amazônia e se defrontam hoje com o célebre processo de devastação da região.

Um caso dramático, que dá bem a dimensão do problema, é o dos índios Kren-a-Karore, que viviam próximo à região da Serra do Cachimbo, na fronteira do Mato Grosso com o Pará. Esses índios foram contatados em 1973, por uma expedição comandada pelo sertanista Orlando Villas Boas, numa área onde estão as nascentes dos rios Peixoto Azevedo e Telles Pires.

## Sai o SPI, entra a Funai: os problemas continuam os mesmos

Passaram-se apenas quinze anos do primeiro contato. A região foi cortada pelas BRs 80 e Cuiabá-Santarém. Onde moravam os Kren-a-Karore há cidades de mais de cinquenta mil habitantes, como Peixoto Azevedo, Guarantã e outras. As águas do rio Peixoto, outrora verdes, são hoje amarelas pela ação de dragas dos garimpos e do mercúrio usado para separar o ouro de outras substâncias minerais. Dos kren-a-Karore, só lembranças. As doenças, prostituição e alcoolismo mataram uma cultura, acabaram com um povo inteiro, conhecidos na época do contato como "os índios gigantes".

O descaso pelo problema do índio seguramente não é por falta de experiência. Afinal, desde o descobrimento o problema existe. Em 1910, foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Boa parte dos povos indígenas brasileiros já tinha sido dizimada, pela ocupação do litoral ou pelas entradas para o interior em busca de ouro e das chamadas drogas das florestas.

Em 1964, com o golpe militar, espocaram na imprensa denúncias de corrupção e outras irregularidades no SPI. O governo resolveu acabar com o órgão e foi criada, então, a Fundação Nacional do Índio (Funai). E a desgraça foi maior do que a encomenda. Para resumir o problema, se a Funai não existisse os problemas dos povos indígenas seriam muito menores. Esse órgão apenas repetiu, até hoje, o exemplo de seu antecessor, marcado pela corrupção, inabilidade e incompetência.

A partir do início da década de cinquenta, o governo brasileiro resolveu implantar um novo sistema de orientação da navegação aérea internacional. Até então, os rádio-faróis eram localizados no litoral, alongando em muito a viagem dos aviões que vinham do norte, especialmente dos Estados Unidos.

## A partir dos anos 50, militares intervêm com ânimo redobrado

Foi traçada, então, uma linha reta de Manaus ao Rio de Janeiro e marcados pontos onde seriam instaladas bases da Aeronáutica. As bases de Aragarças, Xingu, Cachimbo e Jacarepaguá nasceram assim. Só que eram áreas ocupadas por índios. Sertanistas como os irmãos Villas Boas, Francisco Meireles e outros foram contratados para "pacificar" os índios das regiões onde seriam implantadas as bases. Os Carajás, da Ilha do Bananal, os Boróro e os Xavante foram contatados nesse processo. As tribos do Xingu também.

Houve sempre, portanto, uma ligação entre os militares e o problema indígena. Mas nunca tão forte como nos dias atuais. Os militares, que haviam criado a Funai, resolveram dinamitar o órgão. Quando presidente, o general João Batista Figueiredo criou um

Grupo de Trabalho Intermínisterial (GTI), que ficou encarregado de tratar da questão das terras indígenas. Sem que fosse oficialmente membro do GTI, o Conselho de Segurança Nacional passou a acompanhar seus trabalhos, através do decreto 94.945, assinado pelo presidente José Sarney.

Nesse ponto, começou uma saraivada de balas contra os povos indígenas, contrariando o que a própria Constituinte vinha decidindo. Tudo indica que os militares resolveram montar uma estratégia para anular a derrota dos setores conservadores e as vitórias obtidas pelos povos indígenas no processo de elaboração da nova Constituição. Uma dessas conquistas é o dispositivo que veda a remoção de índios de suas terras, exceto em casos de catástrofes e epidemias. Outra, é a que valoriza a contribuição da cultura indígena ao processo de formação da chamada civilização brasileira, e há muitos mais.

## Na União das Nações Indígenas, esperança de um futuro melhor

Quando a Constituinte começou a definir o problema indígena, os militares brasileiros vieram com quatro pedras nas mãos. Primeiro, tentaram pressionar os parlamentares.

Arquivo

Depois, foram pelos caminhos do Palácio do Planalto. A Constituição aprovada em outubro de 1988 extinguiu o Conselho de Segurança Nacional, mas Sarney criou a Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden), que é a mesma coisa. Esse órgão passou a mandar em tudo que se refere à Amazônia, inclusive à política indigenista. Parece uma metralhadora giratória contra os interesses da região e do Brasil.

## O objetivo é violar a Constituição, que reconheceu direitos

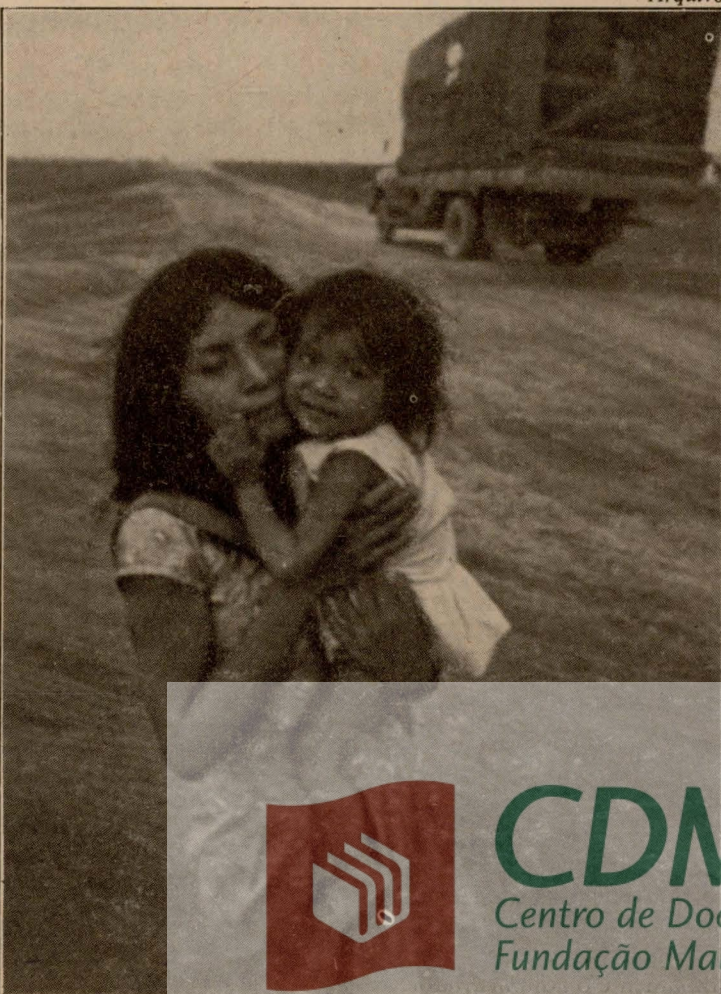
Com inspiração militar, o governo criou alguns projetos que buscam controlar a região amazônica. Os dois principais são os projetos "Calha Norte" e o "Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira da Amazônia Ocidental" (Proffao).

Nesse processo, uma série de mudanças ocorreu. Os militares, através do velho e desgastado argumento da segurança nacional, tentam fazer crer que os índios não precisam das terras que reivindicam. Querem comparar os índios aos camponeses. Querem que abduquem de suas culturas e passem a ocupar terra semelhante ao do módulo rural fixado pelo governo, que na Amazônia é de cem hectares por família. Ameaçam interferir no relacionamento dos índios com garimpeiros, como é o caso da região dos Ianomani, como forma de entrar na região.

A sorte é que os índios, nos últimos cinco anos, conseguiram formalizar uma unidade importante. Foi fortalecida grandemente a União das Nações Indígenas (UNI), entidade que congrega, inclusive, nações que no passado tinham disputas entre si. E mais: já há um movimento da UNI com seringueiros e outros setores que forma uma união do que é chamado de Povos da Floresta.

Esse movimento conta com o amplo apoio popular no Brasil e até no exterior, com manifestações de entidades que defendem os direitos dos povos indígenas. O caso do cantor e compositor inglês Sting, que faz muito sucesso no mundo inteiro é um exemplo. O apoio sincero é uma coisa. A ganância e a crítica de multinacionais e organismos como o Banco Mundial (Bird) é outro exemplo.

\* Jornalista e estúdio dos problemas amazônicos



A terra é cortada por estradas, os povos indígenas desaparecem

# Não há vagas no canavial

Márcio Metzker

Mais de 80 mil canavieiros estão sem ocupação em Pernambuco. Enquanto alguns, desesperados, aceitam acordos aviltantes, outros iniciam importantes formas de resistência.

## Marco Aurélio Albertim\*

— Teve sindicato que aceitou.

— Tá errado! Se passá dessa semana nós vamo matar o gado da usina, que ninguém agüenta mais a fome...

A conversa acima tem sido mais ou menos comum, desde o começo do mês passado, quando começou a entressafra da zona da cana em Pernambuco. E as palavras transformaram-se em atos precisamente na semana passada, quando seis mil camponeses, em passeata pelas ruas do Recife, denunciaram a fome na região. Eles se referiam à Usina Massauassu, em Escada, que também emprega trabalhadores dos municípios do Cabo, Ipojuca e Vitória de Santo Antão. Há três semanas que a usina não vinha efetuando pagamento, de apenas 10 cruzados para cada 5 dias trabalhados. Acintosos, os patrões chegaram a propor o pagamento de 50% da dívida, ficando o restante "à disposição" de cada trabalhador, em forma de mercadoria e no barracão da usina. Alguns sindicatos, desesperados, aceitaram. Outros, como o de Vitória de Santo Antão, preferiram optar pela solução indicada pelo segundo trabalhador no diálogo acima.

Os barões do açúcar gozam de tamanha impunidade que desrespeitam acintosamente, e sem sofrer qualquer consequência, a própria convenção coletiva de trabalho, que proíbe o uso do barracão como forma de reembolso salarial, estipula multa de 10% em caso de atraso no pagamento e outra de 40% do valor de referência vigente na região para cada infração praticada.

A passeata dos camponeses deu uma idéia bastante viva do quadro da Zona da Mata. Homens, mulheres e crianças, muitos descalços e quase em farrapos, olhos fundos marcados pela fome e um olhar de espanto para os enormes prédios em volta. Aquele cortejo também colorido por um sem-número de faixas que falavam em desemprego e violência bem que poderia seguir mudo pela avenida, empunhando um só estandarte: o estandarte da fome...

## De abril a agosto, e todos os anos, o fantasma da fome

O suplício vai de abril ao final de agosto, todos os anos. É a época em que usinas e engenhos deixam todo o estoque da cana só na moagem, restando nos campos o trabalho de limpa e estrovingagem, que exige

pouca mão-de-obra. Os patrões, alegando secas razões econômicas e entre um gesto de cinismo e outro, declaram só poder empregar "os pais de família".

Até agora, segundo levantamento feito pelos sindicatos, 80 mil trabalhadores estão sem ocupação. Proibidos de plantar outra coisa que não seja a cana de açúcar, homens e mulheres são tratados como objetos descartáveis, inúteis e desnecessários logo após a passagem do período da safra.

Por decisão da convenção no trabalho da limpa, o camponês é obrigado a escavar uma conta de terra, ou seja, um quadrado de terra com 10 braças de cada lado, sendo que cada braça deve conter 2,20 metros. Para isso não são necessárias menos de oito horas de trabalho diário. No período da entressafra, no entanto, como a mão-de-obra desocupada aumenta, o patrão passa a exigir duas contas. Resulta que a tarefa dificilmente é cumprida, e em consequência o pagamento é reduzido, o descanso semanal não é pago, e férias, 13º e outros direitos ficam prejudicados.

## Camponês mostra a Arraes o salário: dez cruzados por semana

Certamente a manifestação de 6 mil trabalhadores em frente ao Palácio das Princesas deve ter sido um desconforto para o governador Arraes, pela interrupção da rotina de trabalho na máquina do governo e pelo testemunho inequívoco da fome no Estado. Mas particularmente desagradável deve ter sido o instante em que um camponês da Usina Massauassu, desconcertado com o rigor do protocolo oficial, passou as suas mãos o próprio contra-cheque. Num cantinho do documento, como que escondido do próprio público, estava estampado o ganho da semana: NCz\$ 10,90... "Pode o trabalhador viver com este dinheiro, governador? Com mulher e filhos para sustentar?", perguntou a Arraes o camponês. Sem resposta para um drama que exige solução imediata, o governador foi obrigado a dar de ombros.

Problemas muito semelhantes aos da região da terra ocorrem também em outras zonas, como o Agreste. Camaru, município localizado aí, é um exemplo. Lá, oligarquias inteiras se sucedem por décadas a fio na manutenção do monopólio do latifúndio.

Ultimamente o administrador, por ordem dos proprietários,



Os usineiros plantam até em áreas do governo. Agora os sindicatos querem esta terra para produzir alimentos

vem ameaçando de morte todas as famílias, e cobrando a taxa de aforamento antes mesmo da produção final. O objetivo é a expulsão dos posseiros.

## "Festejamos o 1º de maio defendendo nossas plantações"

E foi em Passira, município vizinho, que os camponeses de 13 cidades comemoraram o 1º de maio. Temendo a destruição de suas roças, as famílias ameaçadas decidiram não comparecer à manifestação, apesar da convocação do sindicato. Mas mandaram um recado que foi lido publicamente pelo presidente da entidade: "As famílias do Sítio Pau D'Arco, em Cumaru, mandam dizer que resolveram comemorar o 1º de maio defendendo suas plantações, contra as ameaças do dono da fazenda"...

Indiferentes a tudo que diz

respeito ao bem-estar do trabalhador, e sem o menor acanhamento, os patrões entraram na justiça com dissídio coletivo onde solicitam nada menos que a redução do salário do cortador de cana de 70 para 67 cruzados. O caso ainda não chegou a seu desfecho.

## O usineiro dá o calote, o Estado é que paga a conta

Simultaneamente, os donos das 35 usinas, 9 mil engenhos e 7 destilarias passam calotes sistemáticos no governo do Estado. Contraíram empréstimos no exterior tendo o Banco do Estado de Pernambuco como avalista. Não pagaram, e o governo Arraes é que vem segurando o pepino. Aproveitando a deixa, a Federação dos Trabalhadores Agrícolas de Pernambuco (Fetape) vem reivindicando ao Estado que as terras onde obrigações creditícias foram contraídas e não

pagas sejam utilizadas para o plantio de culturas alimentares para os camponeses.

É só dar uma olhada num passado nada saudosos para verificar que os atuais modelos de arruado, nos engenhos, e de casas de pontas de ruas, nas periferias, nada mais são que as senzalas de antigamente. Lá, por intermédio de prepostos, é feito o aluguel de mão-de-obra. Trabalhadores passam noites e madrugadas à espera de um caminhão que os conduza a outros municípios, em que haja ocupação.

E mais: na Zona da Mata a cana foge do domínio da usina ou mesmo do engenho. Pois existem em toda região 50 mil hectares de terras de propriedade do governo do Estado e da União. Também ali a cana fincou suas raízes. Os trabalhadores querem agora a localização dessas terras, e sua regularização como área para o plantio da lavoura de subsistência.

\*Correspondente em Recife

# Goiânia luta pelo voto aos 16

A campanha da UJS pelo alistamento eleitoral dos jovens de 16 e 18 anos foi lançada em Goiás de uma maneira original e divertida. A militante da UJS, LUISA RANGEL completou no dia 04 de maio os seus 16 anos, que foram comemorados no cartório da 1ª Zona.

Na ocasião, além de comemorar o seu aniversário Luisa tirou o seu título de eleitor simbolizando os jovens que conquistaram recentemente o seu direito de voto.

## O ATO

A sede do TRE foi tomada pelos gritos de "VOTO AOS 16, AGORA É NOSSA VEZ". Depois de se alistar, não faltou para Luisa o tradicional "parabéns pra você" e um delicioso bolo.

A comemoração, que marcou o lançamento da campanha e teve respaldo na imprensa local, contou com a participação da vereadora pelo PC do B em Goiânia e coordenadora estadual da UJS, Denise Carvalho, do coordenador nacional da Viração, Cassio Vasques, além de vários amigos e militantes da UJS.

Segundo a aniversariante "não basta que o jovem vote, é preciso que ele deposite na urna um voto consciente que simbolize a sua esperança de que alguma coisa mude neste país. É esta esperança está refletida na Frente Brasil Popular, que está unindo a esquerda e todos os cidadãos progressistas que querem viver num país melhor".

## CAMPANHA

No entanto o ato apenas marcou o começo de uma grande luta que a UJS vai travar pelo alistamento do jovem. Está sendo formado em Goiás um comitê unificado e suprapartidário, com a presença de diversas entidades juvenis visando incentivar o alistamento dos 200 mil novos eleitores goianos.

Dentro do cronograma de atuação do comitê está a instalação de bancas móveis do TRE nos colégios e universidades, além de shows e comícios nas praças chamando os jovens para exercerem seu direito, optando pelo voto da mudança e do Cavalo

(Luciana de Souza Bento, correspondente em Goiânia)

# Relações perigosas entre China e URSS

Carlos Pompe

O povo atrapalhou o "encontro histórico" entre os dirigentes revisionistas da União Soviética e da China. Tudo tinha sido programado para um grande espetáculo. Gorbachev seria recebido pelo presidente chinês, Yang Shangkun, na praça Tian-Amen, com pompa. Mas cerca de 400 mil chineses — na maioria, estudantes — chegaram primeiro e ocuparam a praça num ato de protesto, exigindo liberdade. Gorbachev teve que entrar no Grande Salão do Povo pelo fundos, enquanto o povo, nas escadarias do edifício, entoava "A Internacional" e gritava palavras de ordem contra os governantes.

Nos três dias de sua estadia, Gorbachev teve encontros com o presidente Yang, com o primeiro-ministro Li Peng, o secretário-geral do partido revisionista, Zhao Ziang, e o todo poderoso chefe das Forças Armadas, Deng Xiaoping. Todos estes dirigentes estão sendo nominalmente hostilizados em praça pública pelos opositores que reivindicam liberdade de organização, de manifestação e de imprensa.

As manifestações populares obrigaram o governo chinês — após infrutíferos apelos para que não ocorressem manifestações que "manchariam a imagem da China no exterior" — a cancelar todas as solenidades previstas para a praça Tian An Men. O povo ocupou a praça em solidarieda-



Protesto estudantil em Pequim: o povo arrombou a festa de Gorbachev e Xiaoping

de à greve de fome de 2 mil estudantes que exigem democracia e liberdade de expressão.

Fazendo-se surdo ao clamor das massas na praça — que inclusive gritavam seu nome —, Gorbachev elogiou os dirigentes chineses e disse que foi à China "na primavera e isso significa o despertar de uma nova vida". Anunciou ainda o início da retirada de 75% das tropas soviéticas da Mongólia, uma reivindicação que Pequim fazia há muito tempo.

## Convergência capitalista

A agenda de conversações divulgada pelos dirigentes chineses destaca os acordos econômicos. China e URSS têm 4.500 milhas de fronteira. Desde que as relações comerciais foram restabelecidas entre os dois em 1981, o comércio sino-so-

viético atingiu 2,5 bilhões de dólares no ano passado. Nesse ano os soviéticos se tornaram o quinto maior parceiro comercial da China.

Catorze portos comerciais foram abertos em Heilongjiang, na Mongólia Central e em Kinjiang. Funcionários dos dois países estão mantendo conversações sobre assuntos como cooperação técnica e navegação nos três rios de fronteiras entre os dois países. A URSS compra cosméticos, produtos alimentícios, têxteis e produtos industriais leves, como fitas para gravadores. A China compra fertilizantes, madeira para construção, ferro, aço, cimento...

Dentre os produtos exportados por Pequim, um especial: mão-de-obra barata! Cerca de 2 mil chineses trabalham em construção,

corte de madeira e agricultura na Sibéria, por salários inferiores aos dos russos. Negociam, agora, a formação de empresas mistas para a construção de uma hidrelétrica no sistema de "joint-ventures".

Além do comércio, a política. Escolado no tortuoso caminho chinês, que já elegeu os EUA como inimigos nº 1 do mundo e propôs a aliança de todos os países para destruí-lo, e depois substituiu os EUA pela URSS na classificação de inimigo público nº 1, propondo a aliança com os EUA para derrotar o império russo, Gorbachev resolveu acalmar seus colegas de Washington: "A melhora nas relações sino-soviéticas não está dirigida contra nenhum terceiro país. Em última análise, toda a comunidade mundial tem a ganhar com esta melhora", afirmou o homem do Kremlin.

## Problemas internos

Na agenda política, consta também a discussão da situação econômica dos dois países. A URSS, desde que deixou de ser socialista — em especial após a tomada do poder por Gorbachev — vem abrindo suas portas para o capital externo e incentivando a volta da propriedade privada no campo e nas cidades. A China — que nunca chegou a construir efetivamente o socialismo — "voltou-se para o Ocidente", principalmente após o retorno de Deng Xiaoping ao centro do poder, nos anos 70.

Na URSS, Gorbachev vê-se à volta com a crise econômica, as reivindicações nacionalistas e o descontentamento popular com os pro-

blemas de abastecimento agravados com sua "perestroika". As reivindicações populares São tratadas a golpes de polícia, apesar das declarações demagógicas do dirigente soviético sobre "mais democracia". Na China, há mais de um mês os estudantes realizam greves e manifestações exigindo liberdade de expressão e de organização, enquanto operários são brutalmente explorados nas "zonas econômicas especiais", liberadas para as multinacionais (veja Classe nº 8)

## E os princípios?

As relações entre China e URSS se deterioraram após o XX Congresso do PCUS, quando Nikita Cruschev saiu a campo com um programa de reformas políticas e econômicas que reintroduziram o capitalismo no país de Stálin. De início, Mao Tsetung, Xiaoping e seus comparsas se beneficiaram de circunstâncias favoráveis para posarem de marxistas-leninistas na denúncia ao revisionismo soviético. Mas no início da década de 70 já não mais puderam se disfarçar, e revelaram sua verdadeira fisionomia, inclusive elogiando publicamente o governo de Richard Nixon, dos EUA, e advogando projetos abertamente capitalistas.

As controvérsias com o governo de Moscou continuaram, envolvendo inclusive reivindicações territoriais e problemas de fronteiras. Mas as questões já não se referiam às divergências capitalismo x socialismo, e sim disputas burguesas por terras e mercados. Com a tomada do poder por Gorbachev e sua ofensiva diplomática buscando acordos com os EUA, os olhos dos dirigentes chineses logo brilharam com as perspectivas de novos negócios com o vizinho russo. Por isso, Yang pôde dizer a Gorbachev, dia 15 em Pequim: "As relações sino-soviéticas atravessaram um caminho tortuoso no passado. Hoje, chegamos a um novo ponto de partida". E o chefe russo manifestou seu pesar pelas divergências do passado e admitiu: "Até certo ponto somos responsáveis por isso".

A busca do novo falou mais alto. As relações foram restabelecidas entre os dois traidores do socialismo.

## Câmara quer indulto para Lâmia, presa em Israel

Arquivo



Lâmia, condenada à prisão perpétua

O vereador Aldo Rebelo, do PCdoB, apresentou moção de protesto na Câmara de São Paulo, "junto ao governo de Israel, para que seja concedido indulto à cidadã brasileira Lâmia Maruf Hassan, presa naquele país". Segundo a moção, aprovada pelo plenário, o "Tribunal Militar de Israel julgou e condenou à prisão perpétua a cidadã brasileira Lâmia Maruf Hassan, sem levar em consideração a sua nacionalidade". Aldo lembra que Israel aderiu ao Direito Internacional e a todas as convenções realizadas, inclusive à de Proteção de Civis em Tempo de Guerra e a Declaração dos Direitos do Homem, o que possibilita o indulto à Lâmia.

Outra moção apresentada por Aldo e aprovada pela Câmara reivindica a anistia "para o patriota português Otelô Saraiva de Oliveira", que cumpre pena de 15 anos de prisão. Segundo Aldo Rebelo, Otelô Saraiva é "um dos símbolos da Revolução dos Cravos, que libertou Portugal da ditadura militarista".

DM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

# A fragorosa derrota de Alfonsín

Foto: arquivo

**Umberto Martins**

Desmentindo as pesquisas, que indicavam um virtual empate entre os dois candidatos à Presidência da República da Argentina e mesmo a vitória do radical Eduardo Angeloz, no 2º turno, o peronista Carlos Saul Menem venceu as eleições abiscoitando 49,2% dos votos (mais de 7,5 milhões e 2,3 milhões a mais do que seu opositor).

## Derrota humilhante

Os peronistas também fizeram 317 delegados ao Colégio Eleitoral encarregado pela eleição do presidente num segundo turno, contra apenas 210 representantes da União Cívica Radical. O número garante a maioria absoluta no colégio e enterra a última esperança, do candidato governista, de obter ali a indicação que não conseguiu dos eleitores argentinos.

Os partidários de Menem elegeram a maioria absoluta na Câmara Federal, no Senado e nas Câmaras de vereadores de todo o país. A derrota do governo Alfonsín e da UCR foi estrondosa. Abatido, o presidente declarou que não podia compartilhar da alegria peronista e admitiu: "sei que tive minhas propostas derrotadas nas urnas".

## Hiperinflação

Não era para menos. Neste momento, como resultado da desastrosa política econômica de Raul Alfonsín, a Argentina já vive uma verdadeira hiperinflação. Cálculos da Fundação de Investigação para o Desenvolvimento (FIDE) indicam que entre abril e maio o custo da cesta básica subiu 56,69%, percentual que se for anualizado resulta num índice de 21.802%.

Em apenas quatro meses, o governo aplicou seis planos de combate à inflação e só colheu fracassos. Os salários evidentemente não acompanham o ritmo de aceleração dos preços.

Por conseqüência, o arrocho é a cada dia mais insuportável. O salário mínimo desceu de 92,6 dólares, em agosto do ano passado, para 40 dólares atualmente.

O desemprego se alastra, enquanto a produção industrial registra uma violenta queda. Somente entre janeiro e abril deste ano observou-se um declínio de 23,8% nas atividades da indústria automobilística. A taxa de juros no dia 15 estava a 166% ao mês. A taxa de câmbio oscila até 20% ao dia. A economia vive uma verdadeira pane.



O presidente argentino prometeu medidas vigorosas contra a dívida e os militares, mas claudicou...



... e foi humilhado com a vitória de Carlos Saul Menem, um representante da velha demagogia peronista

## Tragédia

A situação vivenciada hoje pela nação argentina tem a dimensão de uma tragédia histórica, que a rigor vem se estendendo há algumas décadas. O país chegou a ostentar a posição de sétima economia do mundo na década de 20, uma numerosa classe média e um nível de vida, especialmente desta camada, considerado elevado principalmente quando comparado aos padrões latino-americanos.

Ao longo das últimas décadas, contudo, o país foi gradualmente perdendo esta posição, de forma que hoje a economia argentina ocupa o 39º lugar do mundo. A ditadura militar que dominou o país entre 1976 e 1982 cuidou de aprofundar ainda mais a crise, ao tempo em que mergulhava a nação num sinistro banho de sangue, cujo saldo foram mais de 30 mil pessoas assassinadas e/ou "desaparecidas".

## Esperança traída

Em 1983, nas eleições que

colocaram fim ao regime militar — e foram precedidas de gigantescas manifestações de massa —, o povo resolveu depositar no candidato da União Cívica Radical, Raul Alfonsín, a esperança de mudanças no país. Alfonsín não representou apenas o candidato democrata contra os militares, mas também a oposição ao populismo rastaquêra dos peronistas. Derrotou a ambos obtendo uma votação esmagadora: 53% do total.

Como herança da ditadura, recebeu uma dívida externa superior a 50 bilhões de dólares (hoje já se aproxima da casa dos US\$ 60 bilhões), constituída em sua quase totalidade de débitos contraídos de forma comprovadamente irregular. Estima-se, atualmente, em 50 bilhões de dólares o total de depósitos de argentinos (grandes capitalistas, latifundiários e tecnocratas) no exterior. A evasão vem principalmente da época da ditadura e se relaciona com os empréstimos obtidos junto à comunidade de

Alfonsín, cuja equipe chegou a fazer um detalhado levantamento da "dívida ilegítima", antes mesmo de assumir o poder, prometeu em campanha que adotaria uma moratória logo no início do governo, realizaria uma rigorosa auditoria dos débitos e não pagaria um tostão sequer da parte que considerasse "ilegítima".

Ao tomar posse, contudo, esqueceu-se dos compromissos. Aos poucos foi mudando o discurso e acabou caindo nas mãos do FMI, implementando uma política antipopular e antinacional, orientada basicamente para o pagamento dos juros. No campo político, inicialmente contemplou algumas reivindicações democráticas, levando inclusive alguns chefes militares ao banco dos réus. Mas também aí terminou claudicando e cedendo às pressões dos quartéis.

A popularidade de Alfonsín não durou muito. Em 1985, seu partido, a UCR, ainda

conseguiu 43% dos votos nas eleições legislativas, registrando uma queda significativa em relação ao pleito presidencial, mas também um relativo apoio popular à democracia que havia sido ameaçada no período por uma tentativa de golpe.

Alfonsín fez um governo conturbado, que registra nada menos do que 13 greves gerais e três levantes militares, golpistas. Revelou-se autêntico representante da burguesia, assumiu um conduta vacilante frente aos grandes problemas, rendeu-se às exigências das elites que dominam o país. Não foi capaz de solucionar a grave crise com que se defrontou ao assumir o governo.

A crise argentina assemelha-se (e muito) à do Brasil e compõe o drama que atualmente atormenta a América Latina e o conjunto dos países dependentes do planeta, protagonizado atualmente pela dívida externa. O país de Alfonsín remete a cada ano cerca de 5 bilhões de dólares ao exterior para engordar banqueiros e outros capitalistas estrangeiros. Transfere o equivalente a 10% de toda a produção interna.

Tal façanha é realizada à custa do empobrecimento continuado do povo e da nação, ao lado da redução dos investimentos e do produto. O PIB argentino hoje é igual ao de 1970. A população aumentou em 10 milhões daquele ano até 1988. Uma dramática recessão percorreu toda a década de 80 e resultou num decréscimo de 14,7% da renda per capita, conforme dados da Cepal.

O pleito de 14 de maio não avança na solução desses problemas e até poderá agravá-los. A solução da crise exige muito mais que um peronista como Carlos Saul Menem, que se elegeu por força de uma frente composta por organizações políticas demagógicas e de direita e teve, de quebra, o apoio de militares golpistas. Todas as indicações são no sentido de que ele vai repetir o desgoverno que decorre das orientações ditadas pelas classes dominantes. E será um fracasso.

Neste sentido, o resultado eleitoral patenteia a dificuldade vivida pelo povo argentino no campo político, onde os trabalhadores ainda não contam com uma alternativa progressista, forte e conseqüente, às maquinações das elites, que possa ser o desaguardo do gigantesco descontentamento popular. É neste tempo em que aponta a saída da encruzilhada em que a nação se encontra.

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois

# Fusão a frio, debate quente

**Há 40 anos os cientistas procuram um método eficiente para controlar as reações nucleares de fusão, o mesmo processo que faz as estrelas brilharem. De repente, dois químicos dizem ter encontrado a fórmula. Será verdade?**

Álvaro Caropreso\*

O anúncio feito pelos químicos Staley Pons e Martins Fleischmann, na Universidade de Utah, EUA, em 23 de março, de que observaram reações nucleares de fusão a temperatura ambiente, ou "a frio" como dizem os cientistas, gerou uma controvérsia que apresenta interessantes semelhanças e diferenças em relação àquela gerada por Galileu no século XVII, diante da Igreja Católica. Munido de uma luneta, instrumento recém-inventado na Holanda, Galileu observou objetos celestes até então desconhecidos girando ao redor do planeta Júpiter e os interpretou corretamente como luas desse planeta. Assim, não era só o nosso mundo, a Terra, que tinha o privilégio de ser o centro de um sistema de mundos. Havendo pelo menos um sistema de mundos que tem seu centro em outro canto do Cosmos que não a Terra, não havia mais razão para supor que o nosso mundo é o centro de todos os mundos. A Igreja, porém, não admitia que Galileu visse o que estava vendo e recusava-se até a indicar seus próprios sábios para darem uma espiada na luneta.

## O desconhecido faz um novo desafio para a Ciência

À semelhança de Galileu, Pons e Fleischmann dizem ter observado um fenômeno que, se verdadeiro, não só poderá ter repercussões decisivas no dia-a-dia da humanidade em futuro não muito distante, como ainda poderá, talvez, virar pelo avesso as atuais teorias sobre o núcleo do átomo. A diferença está em que, ao contrário da velha Igreja, a comunidade científica correu para os laboratórios imediatamente após o anúncio, não se negando a repetir o experimento pelos quatro cantos do mundo. Melhor conferir do que negar dogmaticamente. É importante compreender esta diferença, pois Pons e Fleischmann não merecem o calvário caso estejam errados. Do ponto de vista científico, a controvérsia pegou fogo porque nas experiências feitas em outros laboratórios do mundo, inclusive no Brasil, observaram-se resultados díspares, tanto a favor como contra as conclusões da dupla de Utah. Em outras palavras, Pons e Fleischmann não estão falando sozinhos.



Fleischmann e Pons explicam no Congresso dos EUA a fusão a frio e pedem US\$ 25 milhões para suas pesquisas.

Eles teriam observado um novo tipo de mecanismo capaz de provocar a fusão de núcleos atômicos leves que, se for verdadeiro, apresentará uma vantagem espetacular: as reações de fusão ocorreriam de modo não explosivo, liberando uma energia que poderia ser aproveitada pacificamente. E mais, contando com um combustível farto e barato, consumido através de um processo praticamente limpo de radiatividade, se comparado com o processo de fissão usado nos atuais reatores, como o de Angra do Reis.

A fusão nuclear é o processo que ocorre no interior das estrelas e as faz brilhar. Uma estrela é constituída basicamente de hidrogênio, que é o tipo de átomo mais simples e abundante que há no universo. Um átomo de hidrogênio possui apenas um próton e um elétron. Uma estrela nasce de uma enorme nuvem de hidrogênio que, por sua própria gravidade, começa a se contrair e a esquentar. A partir de um determinado momento, prótons e elétrons já não conseguem mais ficar juntos sob a forma de átomos neutros e a nuvem se transforma numa imensa bolha de um plasma de prótons e elétrons desgarrados. No interior da bolha a temperatura chega a 20 milhões de graus. O choque entre os prótons é tão violento que

vence a repulsão elétrica devida ao fato de terem cargas iguais. Eles começam, então, a fundir-se uns com os outros, dando origem a núcleos atômicos mais pesados, como os de hélio, com dois prótons e dois nêutrons. Esse processo se dá através de uma série muito complexa de reações. A energia dissipada por essas reações nucleares é que faz a bolha brilhar e merecer o nome de estrela.

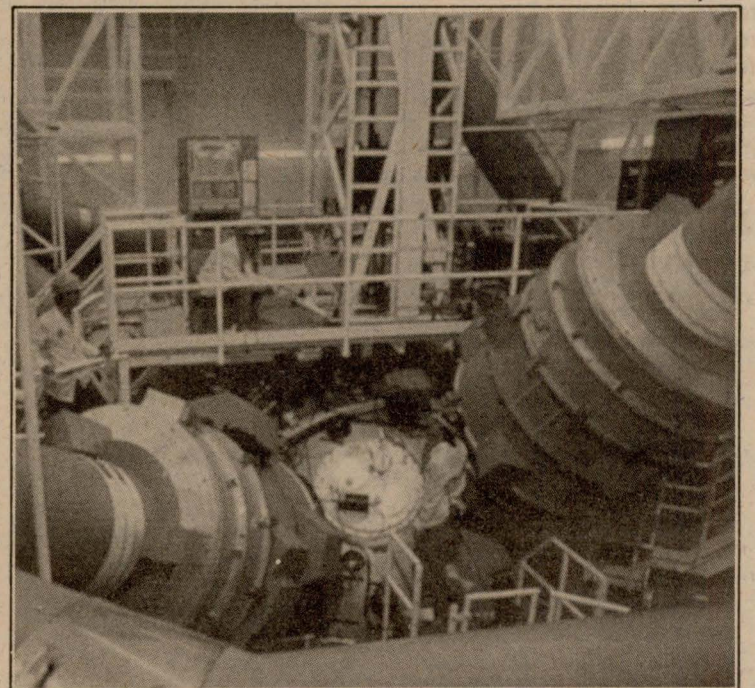
## Buscando a produção de energia nuclear sem a Bomba H

Nos anos 50, os cientistas foram capazes de provocar reações nucleares de fusão, envolvendo núcleos de deutério (D) e trítio (T), dois isótopos do hidrogênio que diferem do átomo comum pelo fato de possuírem no núcleo respectivamente um próton e um nêutron e um próton e dois nêutrons. Mas, as engenhocas capazes de fazer isso são as superdestruidoras bombas de hidrogênio, ou bomba H. Desde essa época, os cientistas tentam encontrar um jeito de provocar reações de fusão de modo controlado, não explosivo, como se faz com as reações de fissão (quebra de núcleos pesados, formando núcleos mais leves e liberando energia) nos atuais reatores.

Até recentemente os cientistas tentavam encontrar uma solução através de dois caminhos. O primeiro, chamado de confinamento magnético, corresponde a uma tentativa de simular as condições que vigoram no interior das estrelas; o segundo, chamado de confina-

nético do mesmo modo como o ar é contido pela borracha do pneu. A fusão ocorre quando o plasma é comprimido durante pelo menos um segundo com uma temperatura de cerca de 100 milhões de graus. Estas são as chamadas condições de Lawson para o início da fusão. As máquinas que fazem isso são chamadas de tokamak, uma abreviatura de uma expressão em russo parecida com algo do tipo "máquina de campo magnético toroidal".

Arquivo



O superpotente laser do Lawrence Livermore National Laboratory, nos EUA: servira para a fusão controlada ou para a Guerra nas Estrelas?

mento inercial, é uma tentativa de produzir microexplosões nucleares do tipo das provocadas pela bomba H.

O confinamento magnético vem sendo pesquisado desde os anos 50. O método consiste em submeter um plasma de deutério e trítio a um campo magnético intenso de forma que o plasma não escape, como uma armadilha de partículas, e seja comprimido pelo campo magnético.

Há 30 anos os tokamaks vêm sendo aperfeiçoados nos laboratórios dos países mais ricos.

Existem atualmente quatro enormes tokamaks experimentais: na URSS, no Japão, nos EUA e na Inglaterra, este último patrocinado por um consórcio de países da Europa ocidental. Ocorre, entretanto, que os tokamaks não foram capazes de gerar mais energia do que consomem. No máximo, chegaram ao empate.

Arquivo

É que para gerar campos magnéticos tão intensos quanto os que são necessários é preciso dispor de uma enorme quantidade de energia elétrica. Os programas de pesquisa com tokamaks são caríssimos e há tantos problemas tecnológicos para resolver que não se vislumbra um primeiro aparelho eficiente para antes do ano 2020. Nem mesmo os países ricos parecem dispostos a gastar sozinhos todo o dinheiro necessário para o aperfeiçoamento dos tokamaks, de modo que há um projeto visando à construção de um centro internacional de pesquisas com essa finalidade, previsto para a próxima década.

### Investimentos dos países ricos estão aquém do previsto

Porém, os países ricos estão andando mais devagar do que o previsto e tanto a construção deste centro, como a manutenção dos programas próprios de cada um, não vêm recebendo o volume de verbas imaginado há 10 anos. Nos EUA, por exemplo, o programa inicial previa gastos de cerca de um bilhão de dólares por ano durante 20 anos, mas em 1988 menos de 500 milhões de dólares foram efetivamente empenhados na fusão nuclear controlada. Mesmo assim, essa quantia teve de ser dividida entre o programa baseado no tokamak e o programa baseado no confinamento inercial. O tokamak europeu, que devia ter ficado pronto em 1984, só foi funcionar em 1988. Ademais, a construção do centro internacional, prevista para o início dos anos 90 pode ser adiada para o final da década.

### Ions espremidos como os passageiros de um ônibus numa experiência

Nos EUA, o esvaziamento do programa do tokamak deve-se também à acirrada competição com os laboratórios que pesquisam o método do confinamento inercial. E não é à toa. As pesquisas nesta direção apresentam subprodutos teóricos e tecnológicos de grande interesse para o programa **Guerra nas Estrelas**. O método do confinamento inercial consiste em submeter pelotas de deutério no estado sólido, do tamanho de uma cabeça de palito de fósforo, ao bombardeio de raios laser superpotentes. As pelotas de deutério vão "pingando" como um conta-gotas numa câmara blindada onde são atingidas por pulsos sincronizados de laser e explodem como microbombas H. A energia resultante da explosão aquece a blindagem e esta, por vez, aquece água que, na forma de vapor, poderia fazer girar tur-

binas acopladas a geradores de eletricidade. O subproduto tecnológico de maior interesse para a Guerra nas Estrelas é justamente o desenvolvimento dos lasers superpotentes com os quais os EUA pretendem destruir em vôo os mísseis balísticos eventualmente disparados pela URSS.

Do ponto de vista tecnológico, este método apresenta dificuldades da mesma ordem de grandeza daquelas que devem ser superadas pelos tokamaks, de modo que sua viabilidade prática se encontra em horizonte igualmente distante. Uma alternativa tecnicamente mais simples seria evidentemente bem-vinda.

### O "ovo de Colombo" colocado na mesa por Pons e Fleischmann

Enquanto os físicos de diversos países estão às voltas com problemas e máquinas enormes, Pons e Fleischmann colocaram na mesa um aparente "ovo de Colombo" para a fusão. Mas, eles não são os pais da idéia. A possibilidade de fusão nuclear a temperatura ambiente, ou "a frio", como se diz, foi sugerida teoricamente no final dos anos 40 pelo físico F. C. Frank, norte-americano, e Andrei Sakharov, o dissidente soviético. As primeiras evidências experimentais de fusão a frio foram observadas uma década mais tarde por uma equipe de Berkeley, na Califórnia, causando grande sensação. Mas, logo depois, cálculos mais precisos indicaram que esse caminho não seria promissor como fonte de energia economicamente viável, e a idéia foi abandonada.

### Processo diferente para a obtenção da fusão a frio

Entretanto, a fusão a frio que Pons e Fleischmann dizem ter observado não se teria dado pelo processo originalmente sugerido por Frank e Sakharov. Estes sugeriram que a fusão de núcleos de deutério poderia ser **catalizada** por múons, partículas elementares que possuem carga elétrica negativa, igual à do elétron, mas cerca de 200 vezes mais pesados. Possuindo a mesma carga do elétron, um múon poderia substituí-lo num átomo de deutério.

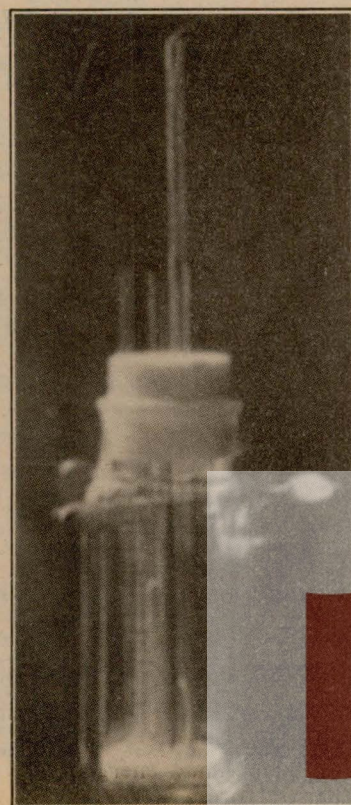
Como a massa do múon é maior do que a do elétron, o múon se colocaria numa órbita mais "apertada" do que a do elétron e, em consequência, o deutério "muoatômico" teria um tamanho menor do que o do átomo original. O mesmo aconteceria quando um múon substituisse um elétron num átomo de trítio. Então, estes

"muoátomos" se ligariam para formar "muomoléculas". Estas, por serem menores do que as moléculas comuns, aproximariam seus núcleos até uma distância crítica, permitindo a fusão através de um processo que os físicos chamam de "efeito túnel".

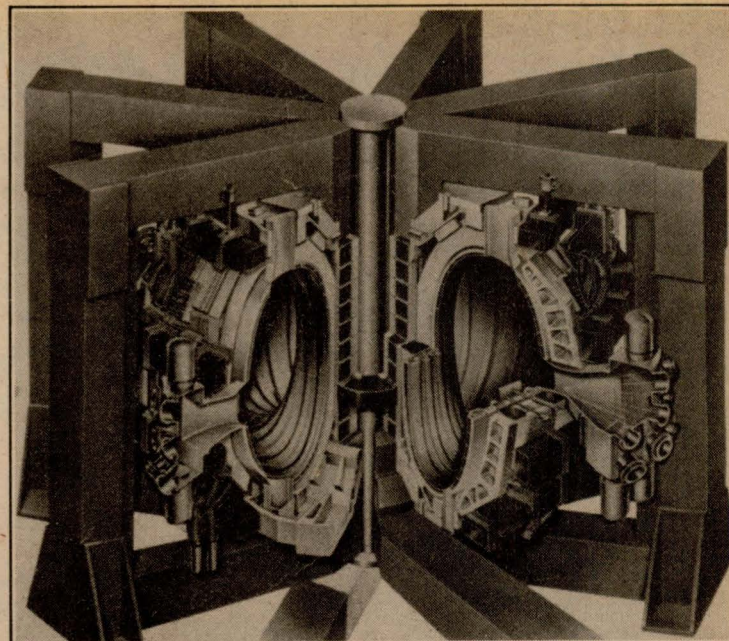
### A mudança registrada na pesquisa nuclear no dia 23 de março

A fusão catalizada por múons dispensaria, assim, a necessidade de temperaturas extremamente altas como aquelas que se verificam no confinamento magnético ou no confinamento inercial. Daí, a fusão ser dita "a frio". Entretanto, se teoricamente o processo é viável, na prática ele demandaria mais uma batelada de soluções tecnológicas.

O principal problema é que os múons não são encontrados em qualquer supermercado. Eles precisariam ser produzidos através do choque de íons (átomos com carga elétrica não nula) sobre alvos atômicos específicos, o que se pode conseguir com aceleradores de partículas. Mas os múons têm uma vida de duração muito curta, da ordem de dois milionésimos de segundo, e não se tem certeza, ainda, nem mesmo teoricamente, se este tempo tão curto é suficiente para que eles possam catalizar a fusão. Além disso, cálculos preliminares indicam que este método pode não ser capaz de gerar mais energia do que consome. Assim, até o dia 23 de março, as três alternativas conhecidas para a fusão nuclear controlada estavam no mesmo pé de igualdade no que diz respeito à viabilidade prática e à solução de todos os seus problemas teóricos e tecnológicos.



O aparelho de Pons e Fleischmann



Esquema do Joint European Torus (JET), o tokamak dos países da Europa ocidental, instalado em Culham, perto de Oxford, Inglaterra.

Eis, então, que Pons e Fleischmann entram em cena anunciando o que lhes parece ser uma nova alternativa, espantosamente simples. Eles realizaram uma eletrólise de água pesada com um eletrodo de platina e outro de paládio. As moléculas de água pesada são iguais às de água comum (H<sub>2</sub>O), exceto pelo fato de o hidrogênio ser substituído por átomos de deutério (D<sub>2</sub>O). A eletrólise consiste em submeter uma solução de água pesada a uma diferença de potencial elétrico aplicada nos dois eletrodos. O fio positivo de uma bateria do tipo das de automóvel foi ligado ao eletrodo de platina, e o fio negativo foi ligado ao de paládio. Tal como acontece com a água comum em solução com certos sais, as moléculas de água pesada se dividem em íons DO<sup>-</sup> (com carga negativa) e íons D<sup>+</sup> (com carga positiva). Desse modo, os íons D<sup>+</sup> são atraídos pelo pólo negativo, de paládio, e começam a penetrar nos interstícios da rede cristalina desse metal do mesmo modo como uma esponja absorve a água.

### Liberção de calor não é evidência de uma reação nuclear

Mantendo a bateria ligada, os íons D<sup>+</sup> tendem a ocupar todos os interstícios da rede cristalina até um determinado limite de saturação, quando, então, por estarem tão espremidos como os passageiros de um ônibus lotado, começam a se fundir formando núcleos de hélio que, no caso, podem ser de dois tipos: hélio 3 (dois prótons e um nêutron) ou hélio 4 (dois prótons e dois nêutrons). Quando o hélio 3 é formado, há a liberação de um nêutron; quando o hélio 4 é formado, não há liberação de nêutron mas sim de raios gama. Nos dois casos, tanto os nêutrons como os raios gama podem ser detectados por instrumentos apropriados.

Pons e Fleischmann não disseram ter detectado nem nêu-

trons, nem raios gama. Disseram apenas que houve liberação de energia na forma de calor em uma quantidade equivalente a quatro vezes àquela utilizada na forma de eletricidade para fazer a eletrólise. É aqui que começa a polêmica, pois a liberação apenas de calor não evidencia reação nuclear. Por esta razão, em todos os laboratórios do mundo onde a experiência foi repetida, os físicos ficaram de olho nos instrumentos que detectam nêutrons e raios gama. O resultado foi uma grande confusão. Alguns disseram ter detectado nêutrons, outros não. Alguns dizem que a quantidade de nêutrons detectados é tão pequena que podem ser confundidos com os nêutrons que naturalmente vagam pelo meio ambiente. E por aí vai. Não há nada de conclusivo ainda, embora com o passar dos dias muitos físicos que de início se encantaram com a experiência tenham recuado para uma posição mais cética. Além disso, mesmo que a eletrólise da água pesada tenha provocado reações de fusão na rede cristalina do paládio, ainda é muito cedo para dizer que aí está um método seguro e eficiente de produção de energia.

### Ciência e paciência, uma rima que pode indicar a solução

Embora não tenha causado tanta controvérsia, a idéia dos tokamaks gerou, nos anos 50, esperanças tão intensas quanto as que agora se manifestam a partir do experimento dos químicos de Utah. Já se passaram quase 40 anos desde que se iniciaram as pesquisas experimentais visando à fusão controlada, e ainda não há uma solução acabada nem para o método baseado nos tokamaks, nem para o método baseado no bombardeio por lasers.

E não é por acaso.

\*Jornalista e colaborador de A Classe Operária em SP

# Balzac

**Honoré de Balzac (1799—1850) é um dos maiores nomes da literatura francesa e universal de todos os tempos. De sua maior obra, “Ilusões perdidas”, do ciclo “A Comédia humana”, retiramos um fragmento do capítulo “Um bom conselho” — Um grande homem da província em Paris. Muito ilustrativos são também os dois pequenos fragmentos retirados do romance “Casa Nucingen”. Quanto à avaliação da estatura de Balzac como escritor, nada mais enfático do que as palavras de Friedrich Engels, que publicamos aqui.**

“Balzac... nos dá, em sua ‘Comédia humana’, a história mais maravilhosamente realista da *société* francesa... descrevendo sob forma de crônica de costumes, quase de ano em ano, de 1816 a 1848, a pressão cada vez maior que a burguesia ascendente exercia sobre a nobreza que se reconstituira depois de 1815 e que, *tant bien que mal*, na medida do possível, levantava outra vez a bandeira da *Vielle politesse française* (\*). Descreve como os últimos restos dessa sociedade, para ele exemplar, sucumbiram aos poucos em face da intrusão do *parvenu* (\*\*) vulgar da finança, ou foram por este corrompidos; como a grande dama cujas infidelidades conjugais não eram senão um meio perfeito de se adaptar à maneira porque se dispunha dela no casamento, cedeu lugar à burguesa que procurou um marido para ter dinheiro ou *toilettes* (\*\*\*); em volta deste quadro central agrupa toda a história da sociedade francesa, onde eu aprendi mais, mesmo no que concerne aos momentos econômicos (por exemplo, a redistribuição da propriedade real e pessoal depois da Revolução), do que em todos os livros dos historiadores, economistas e estatísticos profissionais da época, todos juntos. Sem dúvida, Balzac era legitimista na política; sua grande obra é uma elegia perpétua que deplora a irremediável decomposição da alta sociedade; suas simpatias vão para a classe condenada a morrer. Mas, apesar de tudo isto, sua sátira nunca é mais incisiva, sua ironia mais amarga, do que quando faz agir esses aristocratas, esses mesmos homens e mulheres pelos quais experimentava tão profunda simpatia. E... os únicos homens de que fala com admiração não dissimulada são seus adversários políticos mais encarniçados, os heróis republicanos da rua do Cloître-Saint-Mérry (cenário da insurreição popular de 5 a 6 de junho de 1832), os homens que nessa época representavam realmente as massas populares.”

(Friedrich Engels, citado por Paulo Rónai, em “A Vida de Balzac — I, Volume “A Comédia Humana”)

(\*) Velha polidez francesa  
(\*\*) filho da fortuna, novo-rico  
(\*\*\*) peças de vestuário, adornos

Os homens de cérebro cintados de bronze, corações ainda quentes sob as camadas de neve da experiência, são raros nesta terra que aí vê a nossos pés! — continuou ele, mostrando a grande cidade que fumegava ao cair do dia.

Uma visão do Cenáculo passou rapidamente diante dos olhos de Luciano e o deixou comovido, mas foi arrastado por Lousteau, que continuava sua espantosa lamentação.

— São raros e esparsos nesta cuba em fermentação. Raros como os verdadeiros amantes no mundo amoroso, raros como as fortunas honestas no mundo das finanças, raros como um homem puro no jornalismo. A experiência do primeiro que me disse isto que lhe estou dizendo perdeu-se, como a minha será sem dúvida inútil para o senhor. Idêntico ardor precipita todos os anos, da província para cá, número igual, para não dizer crescente, de ambições imberbes que se lançam, cabeça erguida e coração altivo, ao assalto da Moda, essa espécie de Princesa Tourandorte dos Mil e Um Dias<sup>(1)</sup>, para quem cada qual deseja ser o Príncipe Calaf! Mas nenhum consegue decifrar o enigma. Tombam todos na fossa da desgraça, na lama do jornal, nos charcos das livrarias. Respingam, esses mendigos, artigos biográficos, crônicas de “fatos de Paris” nos

jornais, ou livros encomendados por lógicos comerciantes de papel impresso, que preferem a asneira vendida em quinze dias à obra-prima que leva tempo para ser colocada. Lagartas esmagadas antes de se tornarem borboletas vivem de vergonhas e de infâncias, prontos a morder ou a gabar um talento nascente, por ordem de um páxaro do “Constitutionnel”, da “Quotidienne”, dos “Débats”<sup>(2)</sup>, a um sinal dos livreiros, a pedido de um camarada invejoso, ou muitas vezes, por um jantar. Aqueles que vencem esses obstáculos esquecem as misérias do começo. Eu, que lhe estou falando, escrevi durante seis meses artigos, onde pus a flor de minha inteligência, para um miserável que os fazia passar por seus e que, por causa dessas amostras, foi admitido como redator de um rodapé. Não me colocou como colaborador; não me deu sequer cem “sous”. E sou forçado a lhe estender a mão e a apertar a dele.

— Mas, por quê? — disse amargamente Luciano.

— Posso vir a precisar colocar dez linhas do seu rodapé — respondeu friamente Lousteau. — Enfim, meu caro, o segredo da fortuna, em literatura, não é trabalhar; trata-se de explorar o trabalho de outrem. Os proprietários de jornais são empreiteiros, e nós pedreiros. Assim é que, quanto mais mediocre for um ho-

mem, tanto mais rapidamente subirá. Pode engolir sapos, resignar-se a tudo, lisonjear as pequenas e baixas paixões dos sultões literários, como um recém-chegado de Limoges, Heitor Merlin, que se encarrega já da política num jornal da direita e que trabalha em nosso jornaleco: vi-o apanhar o chapéu que um redator-chefe deixara cair no chão. Sem fazer sombra a ninguém, o tal rapaz passará entre as ambições rivais, enquanto elas estiverem se batendo. Você me dá pena. Vejo-me em você tal como eu era, e estou certo de que, dentro de um ou dois anos, será como sou agora. Pensará que existe alguma inveja oculta, algum interesse pessoal nestes conselhos amargos, que apenas são ditados pelo desespero do condenado que não pode sair do inferno. Ninguém ousa dizer o que eu lhe grito com a dor do homem atingido no coração e como um outro Job sobre a esterqueira: Eis aqui minhas úlceras!

— Lutar nesse campo ou nalgum outro, devo lutar — disse Luciano.

— Pois saiba, então! — tornou Lousteau — a luta há de ser sem tréguas, se tiver talento, porque sua melhor sorte será a de não o possuir. A austeridade de sua consciência hoje pura curvar-se-á diante daqueles de quem o seu êxito depende, daqueles que com uma palavra lhe podem dar a vida, mas não a querem dizer, porque, acredite, o escritor da moda é mais insolente, mais duro para com os recém-vindos do que o mais brutal dos livreiros. Onde o livreiro não vê senão uma perda, o escritor receia um rival: um o despede, o outro o esmaga. Para fazer obras belas, meu pobre rapaz, terá de, a penas de tinta, esgotar seu coração de ternura, de seiva, de energia, e ostentar paixões, sentimentos, frases! Sim, escreverá em lugar de agir, castrará em vez de combater, há de amar, há de odiar, há de viver, em seus livros; mas quando tiver reservado suas riquezas para o estilo, seu ouro e sua púrpura para os personagens, tendo de andar em andrajos pelas ruas de Paris, feliz por haver criado, rivalizando com o Registro Civil<sup>(3)</sup>, um ser chamado Adolfo, Corina, Clarissa, Renato ou Manon<sup>(4)</sup>, quando houver estragado sua vida e seu estômago para dar vida a essa criação, há de vê-la caluniada, traída, vendida, deportada pa-

ra as lacunas do olvido pelos jornalistas, sepultada por seus melhores amigos.

(“Ilusões perdidas”-Volume VII — pág. 214) — tradução de Ernesto Pelanda e Mário Quintana.

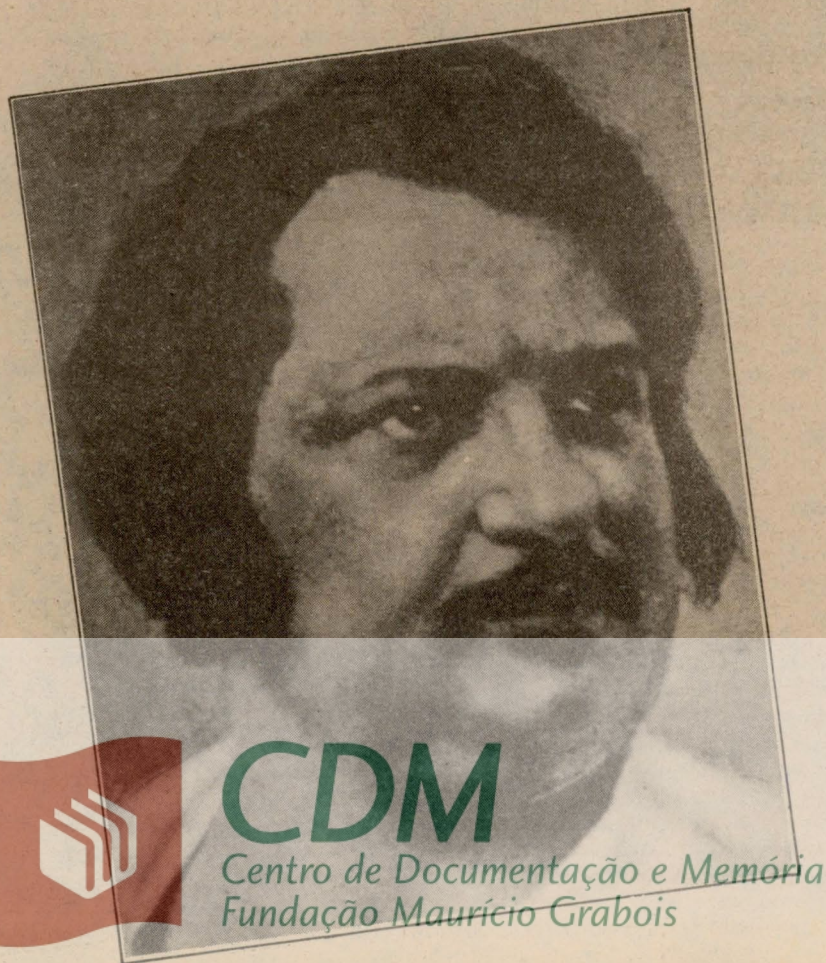
Existem atos arbitrários que, de indivíduo a indivíduo, são criminosos, mas que, estendidos a uma multidão qualquer, ficam reduzidos a nada, como uma gota de ácido prússico que numa tina de água se torna inócua. Se vocês matam um homem, são guilhotinados. Mas se, com uma convicção governamental qualquer, vocês matam quinhentos homens, respeita-se o crime político. Se você tira cinco mil francos da minha secretária, vai para a cadeia. Mas com o condimento de um lucro a fazer, posto na goela de mil bolsistas, você os obriga a se apoderarem das rendas de não sei que república ou monarquia falida, emitidas, como diz Couture, para pagar os juros dessas mesmas rendas: ninguém pode se queixar. Eis os verdadeiros princípios dessa idade de ouro que estamos vivendo.

(“Casa Nucingen — pag. 642 — Vol. VIII — “A Comédia Humana”)

**As leis são teias de aranha através das quais as moscas grandes passam, enquanto que as pequenas são retidas. (“Casa Nucingen” — pág. 662 — Vol. VIII)**

#### Notas da tradução

- 1 — “Mil e um dias” — coletânea de textos persas de Moclach, provavelmente imitados “das Mil e uma noites”.
- 2 — Jornais franceses do século XIX
- 3 — “Rivalizar com o Registro Civil”, isto é criar personagens que parecem tão vivas como as personagens reais inscritas no Registro Civil. Era uma glória que Balzac várias vezes reivindicava para si.
- 4 — Adolfo, Corina, Clarissa, Renato, Manon — personagens respectivamente de Benjamin Constant, da Sra. de Stäel, de Richardson, de Chateaubriand e do Abade Prévost.



**CDM**  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois